

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADA NA ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS E NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSAS AUTARQUIAS. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

PROSPECTO PRELIMINAR DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA SEXTA EMISSÃO DE



Iochepe-Maxion S.A.

Companhia Aberta – CVM n.º 11.932
Rua Dr. Othon Barcellos 83, CEP 12730-900, Cruzeiro, SP
CNPJ n.º 61.156.113/0001-75 – NIRE 35.300.014.022
Código ISIN [•]

R\$320.000.000,00

Classificação de Risco: [Standard & Poor's/ Fitch Ratings /Moody's]: "[•]".

Distribuição pública de 320.000 debêntures nominativas, escriturais, conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Iochepe-Maxion S.A. ("Companhia"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 ("Debêntures"), perfazendo o montante de R\$ 320.000.000,00 na data de emissão, qual seja, 1º de abril de 2013 ("Data de Emissão"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Fator S.A. ("Banco Fator", e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta").

Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Companhia, da Remuneração (conforme definido neste Prospecto), observado o limite previsto na seção "[Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração]", deste Prospecto.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema de Negociação BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A emissão das Debêntures e a Oferta foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 7 de março de 2013, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico".

Este prospecto ("Prospecto") não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.


O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de autopeças e de equipamentos ferroviários.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Companhia, que é parte integrante deste Prospecto.

Os investidores devem ler as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, e a seção "Fatores de Risco", deste Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação ao investimento nas Debêntures.

A Oferta foi registrada pela CVM em [•] de [•] de 2013, sob o n.º CVM/SRE/DEB/2013/[•].

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE DAS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

 A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores
[LOGOS]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de março de 2013.

[página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	5
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA.....	10
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	11
INFORMAÇÕES ADICIONAS	13
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA.....	15
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO	23
DOCUMENTOS INCORPORADOS POR REFERÊNCIA	25
SUMÁRIO DA COMPANHIA	26
SUMÁRIO DA OFERTA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
FATORES DE RISCO DA OFERTA.....	74
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA.....	79
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	80
CAPITALIZAÇÃO.....	81
DILUIÇÃO.....	82
<u>ANEXOS</u>	
ANEXO A - Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos	[●]
ANEXO B - Atos Societários da Emissora Relativos à Emissão – Atas de RCA	[●]
ANEXO C - Súmula de Classificação de Risco.....	[●]
ANEXO D - Declarações da Emissora e do Coordenador Líder	[●]
ANEXO E - Estatuto Social da Emissora.....	[●]

[página intencionalmente deixada em branco]

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Emissora, em conjunto com suas subsidiárias, salvo referência diversa neste Prospecto Preliminar. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta Seção, salvo referência diversa neste Prospecto Preliminar:

Ações	Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Emissora.
AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, pela Companhia e Coordenadores, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Auditor Independente	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e KPMG Auditores Independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado sobre a Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Fator	Banco Fator S.A.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Bovespa Fix	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BM&FBOVESPA.
BR GAAP ou Práticas Contábeis adotadas no Brasil	As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Banco Itaú BBA ou Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.

Banco Fator ou Coordenador	Banco Fator S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CETIP	Cetip S.A. – Mercados Organizados.
Cetip21	Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código ANBIMA de Atividades Conveniadas	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, datado de 9 de junho de 2010.
Companhia, Emissora ou lochpe-Maxion	lochpe-Maxion S.A.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia.
Condições Suspensivas	(a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores. As quais deverão ser satisfeitas ou renunciadas pelos Coordenadores para que a Oferta tenha início.
Consultores Legais	Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados para a Companhia e Pinheiro Guimarães - Advogados, para os Coordenadores.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Sexta Emissão de lochpe-Maxion S.A.", entre a Companhia e os Coordenadores.
Controlada	Controlada da Companhia conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo a Ventura.
Controladora	Controladora da Companhia conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder e o Banco Fator, quando referidos em conjunto.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2013.
Data de Integralização	A data em que ocorrer a subscrição e integralização por meio do MDA e do DDA, à vista, das Debêntures, no ato da subscrição.

Data de Vencimento	Prazo das Debêntures será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2018.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	320.000 debêntures nominativas, escriturais, conversíveis em ações, da espécie quirografária, da sexta emissão da Companhia, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, com as demais características previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora/Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Dias Úteis ou Dia Útil	Qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Encargos Moratórios	Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2%.
Escritura	Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Sexta Emissão de Iochpe-Maxion S.A., entre a Companhia e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos
Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3.400, 10º andar.
Evento de Inadimplemento	Qualquer um dos eventos previstos na seção "Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado", deste Prospecto.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora.

Formulário de Referência	Formulário de Referência da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, incorporado a este Prospecto por referência.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board — IASB</i> .
Instrução CVM 28	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 361	Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 476	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., que atua como Coordenador Líder da Oferta.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Remuneração	Os juros remuneratórios das Debêntures.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Oferta	A presente oferta pública de distribuição de Debêntures.
Período de Ausência da Taxa DI	Período de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima.
Prazo de Colocação	Até 6 (seis) meses a contar da data da publicação do Anúncio de Início.
Preço de Integralização	As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e do DDA, à vista, no ato da subscrição, e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis

desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização.

Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária 8 de março de 2013

Procedimento de *Bookbuilding* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da Remuneração (conforme definido no item "Remuneração" abaixo), observado o limite previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração" abaixo, inciso II.

Prospecto Definitivo O Prospecto Definitivo desta Oferta, incluindo seus anexos e documentos incorporados por referência, a ser disponibilizado aos investidores na data de publicação do Anúncio de Início.

Prospecto Preliminar ou Prospecto Este Prospecto Preliminar e seus anexos.

Prospectos Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, conjuntamente considerados.

Real ou R\$ Moeda corrente do Brasil.

Saldo do Valor Nominal Unitário Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária 15 de abril de 2013

Taxa DI Variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Valor Nominal Unitário R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação da Companhia

Iochpe-Maxion S.A. sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.156.113/0001-75, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35 300 014 022, registrada como companhia aberta perante a CVM.

Registro na CVM

A Companhia está registrada na CVM sob o nº 11932.

Sede

Localizada na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, CEP 12730-010.

Diretoria de Relações com Investidores e Atendimento aos Debenturistas

Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Luigi Galvani, 146, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O responsável por esta diretoria é o Sr. Oscar Antônio Fontoura Becker. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (55 11) 5508-3800, o fax é (55 11) 5506-7353 e o e-mail é ri@iochpe.com.br. O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Diretor de Relações com Investidores]

Auditores Independentes da Companhia

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e KPMG Auditores Independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011.

Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário

O banco liquidante é o Itaú Unibanco S.A. e a instituição escrituradora das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Jornais nos quais divulga informações

A Companhia divulga suas informações do DOESP e no jornal "Valor Econômico"

Websites na Internet

O website da Companhia na Internet é: www.iochpe.com.br.

As informações constantes do website da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Companhia

Iochepe-Maxion S.A.

Rua Luigi Galvani, nº 146, 13º andar

04575-020, São Paulo, SP

At.: Sr. Oscar A. Fontoura Becker

Tel: (55 51) 5508-3800

Fax: (55 51) 5506-7353

E-mail: ri@iochpe.com.br

www.iochpe.com.br

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar

04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Rogério Assaf Gonçalves Freire

e Renata G. Dominguez

Tel.: (55 11) 3708-2508

Fax: (55 11) 3708-2533

E-mail: rogerio.assaf@itaubba.com;

renata.dominguez@itaubba.com

www.itaubba.com.br

Coordenador

Banco Fator S.A.

Rua Renato Paes de Barros, nº 1.107, 11º e 12º andares

04530-001, São Paulo - SP

At.: Sr. Mauro Monteiro de Miranda

Tel.: (55 11) 3049-6178

Fax: (55 11) 3842-5280

E-mail: mauromiranda@bancofator.com.br

www.bancofator.com.br

Consultores Legais da Companhia

Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

Av. Presidente JK, nº 1455, 10º andar

04543-011, São Paulo, SP

At.: Sra. Fabíola Cavalcanti

Tel.: (55 11) 2179-4600

Fax: (55 11) 2179-4597

www.bmalaw.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores da Oferta

Pinheiro Guimarães – Advogados

Av. Paulista 1842, 24º Andar

01310-923, São Paulo, SP

At.: Sra. Ivie Moura Alves

Tel.: (55 11) 4501-5000

Fax: (55 11) 4501-5025

<http://www.pinheiroguimaraes.com.br>

Auditores Independentes da Companhia

Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes.

Rua José Guerra, 127
04719-030, São Paulo, SP
At.: André Rafael de Oliveira
Tel.: (55 11) 5186-1321
Fax: (55 11) 5186-3582
e-mail: rafaeloliveira@deloitte.com
<http://www.deloitte.com>

KPMG Auditores Independentes

Rua Doutor Renato Paes de Barros nº 33
04530-904, São Paulo, SP
At.: Sr. Wagner Bottino
Tel.: (55 11) 2183-3129
Fax: (55 11) 2183-3244
www.kpmg.com.br

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Este Prospecto está disponível nos seguintes *websites* da CVM, da BM&FBOVESPA, da ANBIMA, dos Coordenadores da Oferta e da Companhia:

- <http://www.cvm.gov.br> – nesse *website* clicar em “Participantes do Mercado” – “Companhias Abertas” – “Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição”, digitar “Iochpe-Maxion S.A.”, posteriormente clicar em “Iochpe-Maxion S.A.”, finalmente, no assunto “Prospecto Preliminar”, clicar em “Consulta”;
- <http://www.bmfbovespa.com.br> – nesse *website*, no canto superior direito, clicar em “Empresas Listadas”, depois digitar “Iochpe Maxion”, posteriormente acessar “Iochpe-Maxion S.A.”, “Informações Relevantes”, “Prospecto de Distribuição Pública” e, novamente, “Prospecto de Distribuição Pública”;
- <http://cop.anbima.com.br> - neste *website*, acessar “Acompanhar Análise de Oferta”, clicar em “Iochpe-Maxion S.A.”, em seguida clicar no link referente ao último “Prospecto Preliminar” disponibilizado.
- www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp
- <http://www.bancofator.com.br/banco/>. Nesse *website*, acessar “Ofertas Públicas” no canto direito da página e, em seguida, “Iochpe-Maxion – Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações” e clicar em “Prospecto Preliminar”;
- <http://www.iochpe.com.br> – nesse *website*, clicar em “Relações com Investidores”, posteriormente, “[●]”, e, a seguir, “Prospecto Preliminar”.

Informações adicionais sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com os Coordenadores ou nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários

Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ, 20159-900; e

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo, SP, 01333-010

Website: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

São Paulo, SP, 01452-001

Website: www.cetip.com.br

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro nº 275,

São Paulo, SP, 01010-010

Website: www.bmfbovespa.com.br

PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro,RJ, 22640-102
Website: www.pentagonotruster.com.br

DECLARAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Companhia e dos Coordenadores Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo [●] a este Prospecto, constante da página [●].

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

Itaú BBA – Coordenador Líder

O Itaú BBA é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, Bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$218 bilhões e uma carteira de crédito de R\$155 bilhões em 30 de setembro de 2012. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu, Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no *ranking* de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% e 46%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2012, o Itaú BBA foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker e também como melhor banco de investimento da América Latina pela Global Finance.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da TAESA (R\$2,16 bilhões), da Algar (R\$294 milhões), Ecorodovias Concessões e Serviços (R\$800 milhões), AES Eletropaulo (R\$750 milhões), Mills (R\$270 milhões) e da BR Properties (R\$600 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da BR Malls (R\$500 milhões), Ecorodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550 milhões), Natura (R\$400 milhões) e da Contax (R\$120 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC do Banco Volkswagen (R\$930 milhões), da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), CRI RB Capital com risco BR Malls (R\$ 500 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Direcional Engenharia (R\$101 milhões) e CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$512 milhões).

No segmento de renda fixa internacional, em 2012 o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 25 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US\$21 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Itaú BBA atuou como sole-bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas da Cencosud (US\$1,2 bilhão), Banco Itaú Unibanco (US\$1,87 bilhão), Usina São João (US\$275 milhões), OAS (US\$500 milhões), Banco ABC Brasil (US\$100 milhões) e Odebrecht (US\$1,0 bilhão). Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência “Institutional Investor”.

Em 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$15,5 bilhões. No *ranking* da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em primeiro lugar em número

de ofertas com participação no mercado de 82,6%. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2011, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$15,8 bilhões. De acordo com o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no *ranking* 2011 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 28,9%. Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários

Na área de fusões e aquisições, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 50 transações até setembro de 2012, obtendo a liderança no *ranking* Thomson Reuters em volume de operações e acumulando um total de US\$ 14,9 bilhões.

Relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora e do Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico.

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico é credor da Emissora nas operações financeiras destacadas abaixo:

Tipo de operação: Offshore Loan

- Data de Início do Contrato: 28/01/2013
- Data de Vencimento: 28/03/2013
- Condições de Pagamento: Principal e Juros Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 426.732
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 450.408
- Taxa Contratual: Libor + 5.40% a.a.
- Finalidade: Aquisição da Hayes Lemmerz International Inc.
- Garantia: Ações da Hayes Lemmerz (atualmente Maxion Wheels) e Aval da lochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: Offshore Loan

- Data de Início do Contrato: 14/12/2012
- Data de Vencimento: 16/12/2019
- Condições de Pagamento: Juros Semestral, Amortizações de Principal Semestral a partir de 15/12/2014
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 396.960
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 409.576
- Taxa Contratual: Libor + 5.00% a.a.
- Finalidade: Aquisição da Inmagusa (Grupo Galaz)

- Garantia: Ações da Inmagusa (atualmente Ingenieria y Maquineria de Guadalupe S.A de C.V.) e Aval da lochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: Offshore Loan

- Data de Início do Contrato: 25/05/2012
- Data de Vencimento: 20/05/2013
- Condições de Pagamento: Juros Semestral e Principal Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 119.088
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 122.610
- Taxa Contratual: Libor + 4.75%aa
- Finalidade: Capital de Giro
- Garantia: Stand By Letter of Credit da lochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: Finame

- Data de Início do Contrato: 19/12/2012
- Data de Vencimento: 15/05/2013
- Condições de Pagamento: Juros Trimestral e Principal Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 52.519
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 52.551
- Taxa Contratual: 2,50%aa
- Finalidade: Capital de Giro
- Garantia: Aval da lochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: BNDES Exim

- Data de Início do Contrato: 09/08/2012
- Data de Vencimento: 15/06/2015
- Condições de Pagamento: Juros Trimestral e Principal Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 31.224
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 31.298
- Taxa Contratual: 8,00%aa
- Finalidade: Financiamento de Exportações
- Garantia: Clean

Tipo de operação: Cédula de Crédito Bancário

- Data de Início do Contrato: 25/02/2013

- Data de Vencimento: 18/03/2013
- Condições de Pagamento: Principal e Juros Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 26.000
- Saldo Total em Aberto em 28.02.13 (em R\$ mil): 26.008
- Taxa Contratual: 113% CDI
- Finalidade: Capital de Giro
- Garantia: Aval da Iochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: BNDES Exim

- Data de Início do Contrato: 28/06/2010
- Data de Vencimento: 17/06/2013
- Condições de Pagamento: Juros Trimestral e Principal Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 21.317
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 21.346
- Taxa Contratual: 5,50% a.a.
- Finalidade: Financiamento de Exportações
- Garantia: Clean

Tipo de operação: BNDES Exim

- Data de Início do Contrato: 10/07/2012
- Data de Vencimento: 15/06/2015
- Condições de Pagamento: Juros Trimestral e Principal Mensal a partir de 15/01/2015
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 20.816
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 20.865
- Taxa Contratual: 8,00%a.a.
- Finalidade: Financiamento de Exportações
- Garantia: Aval da Iochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: BNDES Exim

- Data de Início do Contrato: 23/11/2012
- Data de Vencimento: 16/11/2015
- Condições de Pagamento: Juros Trimestral e Principal Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 20.382
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 20.535

- Taxa Contratual: 8,00% a.a.
- Finalidade: Financiamento de Exportações
- Garantia: Aval da Iochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: Cédula de Crédito de Bancário

- Data de Início do Contrato: 28/09/2012
- Data de Vencimento: 29/09/2014
- Condições de Pagamento: Juros Trimestral durante a carência e Pagamento de Principal e Juros mensal a partir de 28/10/2013
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 20.000
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 20.000
- Taxa Contratual: CDI + 1,90% a.a.
- Finalidade: Capital de Giro
- Garantia: Aval da Iochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: BNDES Exim

- Data de Início do Contrato: 19/07/2010
- Data de Vencimento: 17/06/2013
- Condições de Pagamento: Juros Trimestral e Principal Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 16.771
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 16.793
- Taxa Contratual: 4,50% a.a.
- Finalidade: Financiamento de Exportações
- Garantia: Clean

Tipo de operação: Finame

- Data de Início do Contrato: 11/01/2013
- Data de Vencimento: 15/05/2013
- Condições de Pagamento: Juros Trimestrais e Principal Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 13.082
- Taxa Contratual: 2,50% a.a.
- Finalidade: Capital de Giro
- Garantia: Aval da Iochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: Cédula de Crédito Bancário

- Data de Início do Contrato: 28/02/2013
- Data de Vencimento: 28/03/2013
- Condições de Pagamento: Principal e Juros Final
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 13.000
- Taxa Contratual: 113% CDI
- Finalidade: Capital de Giro
- Garantia: Aval da lochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: Finame

- Data de Início do Contrato: 08/02/2011
- Data de Vencimento: 15/12/2020
- Condições de Pagamento: Principal e Juros Mensal
- Valor Total Tomado (em R\$ mil): 11.837
- Saldo Total em Aberto em 31.12.12 (em R\$ mil): 11.856
- Taxa Contratual: 8.70%a.a.
- Finalidade: Aquisição de Equipamentos
- Garantia: Alienação Fiduciária de Equipamentos

A Emissora mantém relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades de seu conglomerado econômico. Em 31 de dezembro de 2012, destacam-se as seguintes operações:

- (i) Processamento da folha de pagamento, no valor médio mensal de R\$16,6 milhões para 3.928 funcionários do grupo.
- (ii) Serviço de cobrança de títulos no volume médio de R\$35 milhões por mês
- (iii) Seguro multirisco (valor da apólice R\$ 123 milhões), seguro de transporte (valor das apólices R\$3,6 milhões), seguro para *Directors & Officers* (valor da apólice US\$ 25 milhões), seguro de importação (valor das apólices R\$10 milhões), seguro de responsabilidade civil (valor da apólice de R\$ 3 milhões), e seguro de vida em grupo (apólice com 5 mil vidas).

O Coordenador Líder também atuou como assessor financeiro da Emissora na aquisição do Grupo Galaz grupo mexicano fabricante de longarinas de aço para veículos comerciais e da Hayes Lemmerz empresa norte-americana fabricante internacional de rodas automotivas, de aço e de alumínio para veículos leves e de aço, para veículos comerciais. Em tais operações o Coordenador Líder recebeu, respectivamente, R\$7,5 milhões e R\$8,2 milhões, a título de comissão.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora, por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado que, na data deste prospecto eram de aproximadamente 5% do capital social da Emissora.

Além disso, em 15 de maio de 2012, a Companhia contratou a Itauvest DTVM, sociedade do grupo econômico do Coordenador Líder, para prestar os serviços de formador de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. O contrato é válido por um ano, podendo ser renovado pelo mesmo período ou ser denunciado a qualquer momento, independente de motivo, por qualquer das partes. Na data deste Prospecto, além do disposto acima e relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Banco Fator

A história do Banco Fator começou a ser escrita em 1967, com a criação da Corretora Fator, que no seu processo de desenvolvimento originou o Banco Fator. Hoje, são mais de 40 anos de experiência e tradição no mercado financeiro.

Desde 1989, o Banco Fator atua como banco múltiplo, na carteira comercial e de investimentos, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis, desenvolvendo os principais negócios de modo integrado. O Banco Fator e suas empresas controladas dispõem de completa gama de produtos e serviços para clientes pessoas físicas e jurídicas, com destaque para as operações em mercados de capitais. Atua de forma coordenada em sete segmentos: comercial/tesouraria proprietária (emissão de debêntures e de ações, crédito, entre outros); banco de investimento (fusões e aquisições, privatizações, financiamento de projetos e reorganização societária); seguradora, corretagem; administração/gestão de recursos de terceiros, *private equity* e *private banking*.

A Fator S.A. Corretora de Valores, subsidiária do Banco Fator, tem mais de 40 anos de atuação nas atividades de intermediação para clientes individuais e corporativos junto à BM&FBovespa. Mantém uma respeitada e reconhecida equipe de análise (*sell side*), oferecendo a mais ampla cobertura diária de mais de 120 empresas listadas em bolsa (com ênfase em *small caps*). Seguindo as mais modernas tendências do mercado, atua no mercado de *Exchange Traded Funds* (ETFs), além de ter desenvolvido sua estrutura funcional e tecnológica para oferecer as mais modernas plataformas de negociação eletrônica para operar mercadorias, futuros e opções sob o conceito de Acesso Direto ao Mercado (DMA – Direct Market Access). A Fator Corretora possui classificação de risco AA– (estável) concedida pela Austin Rating.

A FAR – Fator Administração de Recursos Ltda., subsidiária do Banco Fator, foi constituída em 1997, com foco claro na gestão ativa em renda variável e de fundos multimercado, focando seu crescimento no desenvolvimento de produtos diferenciados. A FAR possui classificação de risco M2– (bra) concedida pela Fitch Ratings.

A Fator Seguradora S.A. iniciou suas atividades em julho de 2008 com estratégia voltada ao atendimento da demanda de clientes corporativos. Tem atuação voltada também às empresas que necessitam de garantias financeiras e cobertura para Responsabilidade Civil e D&O. A Fator Seguradora possui classificação de risco BBB+(bra) concedida pela Fitch Ratings, refletindo o suporte de seu acionista, o Banco Fator, e a satisfatória experiência demonstrada por sua administração na estruturação da seguradora.

A área de banco de investimento do Banco Fator possui ampla gama de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos. Assessorou o Governo do Estado de São Paulo na avaliação econômico-financeira do Banco Nossa Caixa S.A., o qual foi alienado para o Banco do Brasil S.A., além de

também ter assessorado o Banco do Brasil S.A. na elaboração de um *fairness opinion* acerca do valor de aquisição do Banco Votorantim S.A. Adicionalmente, assessorou a Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. no processo de reestruturação financeira e societária através de um aporte de capital superior a R\$315 milhões.

O Banco Fator possui ainda uma tesouraria cuja atuação está pautada no rígido controle da liquidez do banco, princípio este também adotado para oferecer a seus clientes soluções que vão desde a captação de recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDBs) até operações estruturadas de *hedge* para vários ativos financeiros.

Por fim, o Fator Private Banking é uma estrutura especialista na alocação de investimentos para clientes alta renda, de acordo com características e objetivos específicos de cada investidor, respeitando seu nível de tolerância ao risco. Sua oferta baseia-se em uma "arquitetura aberta", ou seja, permite a oferta de produtos de terceiros sem incorrer em conflito de interesses com as demais áreas de negócios do banco.

Relacionamento da Emissora com o Banco Fator

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Banco Fator e seu respectivo conglomerado econômico. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Banco Fator ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto e o nosso Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, incluem estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive, mas não se limitando, nas seções “Fatores de Risco”, na página [●] deste Prospecto e nos itens 4.1, 4.2, 4.3, 5.1, 7.1, 10.1 e 10.2 do nosso Formulário de Referência, que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de nossos resultados.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar nossos negócios operacionais e nossos setores de atuação, bem como nossa situação financeira e resultados operacionais e prospectivos. Embora acreditemos que essas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações atualmente disponíveis.

Nosso desempenho pode diferir substancialmente daquele previsto em nossas estimativas e declarações futuras em razão de diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e demais países em que possuímos atuação relevante e, em especial, nas regiões em que atuamos;
- alterações relevantes na taxa de câmbio frente ao Real, tanto no que diz respeito à sua desvalorização como à valorização;
- alterações nas tendências antecipadas na indústria de rodas automotivas e de componentes estruturais automotivos, incluindo alterações na capacidade e movimentos dos preços industriais;
- as expectativas e estimativas dos nossos administradores quanto ao nosso desempenho financeiro futuro, planos financeiros e efeitos da concorrência;
- a implementação da nossa estratégia operacional e/ou financeira e planos de investimento de capital, incluindo a ampliação das nossas atividades, e seu impacto no nosso endividamento;
- a nossa habilidade de produzir e entregar nossos produtos nos prazos determinados;
- a nossa habilidade de empreender projetos de crescimento, bem como de diminuir os custos envolvidos nesses projetos;
- alterações ou inovações na legislação e regulamentação relacionada ou que possa afetar o setor de rodas automotivas e de componentes estruturais automotivos;
- a nossa capacidade de pagar nossas obrigações financeiras, e para acessar os mercados financeiro e de capitais em condições favoráveis, quando necessário;
- a nossa capacidade de manter e aprimorar nossa estrutura logística; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco” na página [●] deste Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras de significados similares, quando utilizadas neste Prospecto, têm por objetivo identificar e apresentar estimativas acerca do futuro. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a nossa Companhia nem os Coordenadores da Oferta assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de uma nova informação, eventos futuros ou quaisquer outros fatores, exceto conforme determinado pela Instrução CVM 480. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas podem vir a não se concretizar, muitas delas estando além da nossa capacidade de controle ou previsão. Em vista dessas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

DOCUMENTOS INCORPORADOS POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos, conforme arquivados na CVM, são incorporados por referência a este Prospecto:

- Formulário de Referência;
- nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011; e
- nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.
- Os documentos incorporados por referência a este Prospecto podem ser obtidos em nossa sede social, por email ou em nosso website, conforme abaixo:

www.iochpe-maxion.com.br

Os documentos incorporados por referência a este Prospecto também podem ser obtidos no website da CVM, conforme abaixo:

- www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No link buscar por “Iochpe-Maxion S.A.” e clicar em “Formulário de Referência” e acessar o Formulário de Referência, versão de data mais recente).
- www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No link buscar por “Iochpe-Maxion S.A.” e clicar em “Dados Econômico-Financeiros”).

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário é apenas um resumo das nossas informações. As informações completas sobre nós estão no nosso Formulário de Referência, leia-o antes de aceitar a oferta. *Declaramos que as informações constantes neste sumário são consistentes com as informações de nosso Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, nos termos do Inciso II, Parágrafo 3º, do Artigo 40 da Instrução CVM 400.*

Antes de tomar sua decisão de investir nas Debêntures, o investidor deve ler cuidadosamente e atenciosamente todo o Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas na seção “Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro” e na subseção “Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora” deste Prospecto, e nos itens “3. Informações Financeiras Seleccionadas”, “4. Fatores de Risco”, “5. Riscos de Mercado” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, bem como as nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas incorporadas a este Prospecto por referência.

A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos “nós”, “nosso”, “nossos”, “nossa”, “nossas” e “nossa Companhia”, referem-se às informações consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. e suas controladas.

VISÃO GERAL

Somos uma companhia global e acreditamos sermos líderes mundiais na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas. Acreditamos também sermos líderes no segmento de equipamentos ferroviários, no Brasil. Em 31 de dezembro de 2012, contávamos com 32 unidades fabris, localizadas em 13 países, o que nos capacita a atender os nossos clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

No segmento automotivo, operamos através de duas divisões, Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

Na Maxion Wheels, produzimos e comercializamos uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves. A Maxion Wheels é a nossa principal divisão considerando o seu faturamento consolidado, que representou 70,3% da nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Na Maxion Structural Components, produzimos longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves. Esta divisão representou 23,0% da nossa receita líquida apurada em 31 de dezembro de 2012.

No segmento ferroviário, através da *joint venture* AmstedMaxion, produzimos vagões de carga, rodas e fundidos ferroviários, assim como industriais. Essa divisão representou 6,6% da nossa receita líquida apurada em 31 de dezembro de 2012.

Nossa presença global foi reforçada em 2012 com as aquisições da Hayes Lemmerz e do Grupo Galaz que contribuíram para um aumento significativo em nossa receita líquida em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, nossa receita líquida encontra-se distribuída geograficamente da seguinte forma: América do Sul 40,8%; Europa 28,0%; América do Norte 23,9%; e Ásia e Outros 7,3%. Em 31 de dezembro de 2011, anteriormente à conclusão das aquisições de Hayes Lemmerz e Grupo Galaz, nossa receita líquida foi distribuída da seguinte forma: América do Sul, 85,6%; Europa, 0,2%; América do Norte, 13,1%; e Ásia + Demais países 1,1%. A tabela abaixo demonstra a evolução da nossa receita líquida nessas regiões para os períodos indicados:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)				
Região	2012	Part.	2011	Part.
América do Sul	2.325.982	40,8%	2.487.267	85,6%
América do Norte	1.363.833	23,9%	380.203	13,1%
Europa	1.594.848	28,0%	6.760	0,2%
Ásia + Demais países	413.850	7,3%	30.909	1,1%
lochpe-Maxion Consolidado	5.698.513	100%	2.905.139	100%

Além do reforço da nossa presença global, as aquisições do Grupo Galaz e da Hayes Lemmerz alteraram a composição percentual de cada um de nossos segmentos em nossa receita líquida total, dado que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nossa receita líquida estava distribuída da seguinte forma, por segmento: 93,3%, no segmento automotivo, sendo 70,3% na divisão rodas e 23,0% na divisão componentes estruturais; e 6,7% no segmento ferroviário; e incrementaram nossa capacidade operacional de produção, conforme tabela abaixo em base anual:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)					
Divisão	2012	Part.	2011	Part.	Var. %
Maxion Wheels					
Veículos Leves (aço)					
América do Sul	446.496	8%	283.309	10%	58%
América do Norte	708.645	12%	380.203	13%	86%
Europa	589.665	10%	-	0%	
Ásia + Outros	33.324	1%	-	0%	
	1.778.130	31%	663.512	23%	168%
Veículos Leves (alumínio)					
América do Sul	161.523	3%	-	0%	
América do Norte	125.925	2%	-	0%	
Europa	555.918	10%	-	0%	
Ásia + Outros	267.769	5%	-	0%	
		19%	-	0%	

	1.111.134			
Veículos Comerciais				
América do Sul	422.632	7%	479.118	16%
América do Norte	133.751	2%	-	0%
Europa	449.266	8%	6.760	0%
Ásia + Outros	112.757	2%	30.909	1%
	1.118.406	20%	516.787	18%
Total	4.007.670	70%	1.180.299	41%
Maxion Structural Components				
América do Sul	917.574	16%	1.169.366	40%
América do Norte	395.512	7%	-	0%
Total	1.313.085	23%	1.169.366	40%
AmstedMaxion (50%)				
América do Sul	377.758	7%	555.474	19%
Total	377.758	7%	555.474	19%
lochpe-Maxion Consolidado	5.698.513	100%	2.905.139	100%

O quadro abaixo contém o resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais consolidadas para os períodos indicados:

DRE Consolidado (R\$ mil)	2012	2011	Var. %
Receita Operacional Líquida	5.698.513	2.905.139	96,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(5.122.210)	(2.353.383)	117,7%
Lucro Bruto	576.303	551.756	4,4%
	10,1%	19,0%	
Despesas Operacionais	(297.793)	(193.503)	53,9%
Lucro Operacional (EBIT)	278.510	358.253	-22,3%
	4,9%	12,3%	
Resultado Financeiro	(160.624)	(15.175)	958,5%
Imposto de renda e Contribuição Social	(12.180)	(119.642)	-89,82%
Lucro Líquido	105.706	223.436	-70,1%
	1,2%	7,7%	

Medições não contábeis:

EBITDA*¹	459.571	411.163	11,8%
	8,1%	14,2%	

*¹ O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) ou internacionais (IFRS) e não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido do exercício, como um indicador de desempenho operacional da Companhia ou uma alternativa para o fluxo de caixa como um indicador de liquidez. A Companhia calcula o EBTIDA conforme a instrução CVM 527/12. Dessa

forma o EBTIDA representa o lucro líquido antes do resultado financeiro, do imposto de renda, da contribuição social e da depreciação e amortização. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia.

DRE (Seg. Automotivo) - R\$ mil	2012	2011	Var. %
Receita Operacional Líquida	5.698.513	2.905.139	96,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(5.122.210)	(2.353.383)	117,7%
Lucro Bruto	576.303	51.756	4,4%
	10,1%	19,0%	
Despesas Operacionais	(297.793)	(193.503)	53,9%
Lucro Operacional (EBIT)	278.510	358.253	-22,3%
	4,9%	12,3%	
Resultado Financeiro	(160.624)	(15.175)	958,5%
Não Controladores	(38.842)	-	
Lucro Líquido	66.864	223.436	-70,1%
	1,2%	7,7%	
EBITDA	459.571	411.163	11,8%
	8,1%	14,2%	

DRE (Seg. Ferroviário) - R\$ mil	2012	2011	Var.
Receita Operacional Líquida	5.698.513	2.905.139	96,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(5.122.210)	(2.353.383)	117,7%
Lucro Bruto	576.303	551.756	4,4%
	10,1%	19,0%	
Despesas Operacionais	(297.793)	(193.503)	53,9%
Lucro Operacional (EBIT)	278.510	358.253	-22,3%
	4,9%	12,3%	
Resultado Financeiro	(160.624)	(15.175)	958,5%
Não Controladores	(38.842)	-	
Lucro Líquido	66.864	223.436	-70,1%
	1,2%	7,7%	
EBITDA	459.571	411.163	11,8%
	8,1%	14,2%	

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que nosso modelo de negócio nos coloca em posição privilegiada para aproveitarmos as possibilidades de crescimento nos nossos segmentos de atuação. Descrevemos abaixo nossas principais vantagens competitivas.

Liderança de Mercado

No segmento automotivo, entendemos ter atuação significativa, no Brasil, na fabricação de rodas para caminhões, ônibus e máquinas agrícolas, e na fabricação de chassis e componentes estruturais estampados para caminhões, ônibus e picapes, em número de unidades produzidas. Internacionalmente, acreditamos ser o maior fabricante mundial de rodas para veículos leves e comerciais. Segundo acreditamos ser, ainda, um dos maiores produtores de chassis do mercado dos países integrantes do NAFTA.

No segmento ferroviário, acreditamos deter a liderança na fabricação de vagões de carga e fundidos ferroviários, em número de unidades produzidas, no Brasil.

Acreditamos que as nossas relevantes participações de mercado, tanto no mercado mundial quanto no mercado nacional, nos conferem significativas economias de escala permitindo-nos atender aos nossos clientes de forma rápida e eficiente.

Presença Globalizada

(i) Atendemos clientes globalmente a partir das nossas 32 plantas industriais localizadas em 12 países, apresentando, conseqüentemente (i) baixa dependência de plataformas de veículos, o que nos torna menos suscetíveis e nos permite reduzir riscos relacionados às variações de preços de matéria-prima, ou dependência excessiva da demanda por produtos específicos; (ii) maior eficiência na estruturação de operações, proporcionando menores custos de produção e transporte no mercado nacional e internacional; e (iii) menor exposição a eventos macroeconômicos específicos que podem impactar os nossos resultados operacionais.

Inovação, Tecnologia e Customização

Empregamos modernas técnicas de produção e utilizamos equipamentos que nos conferem flexibilidade para oferecer aos nossos clientes diferentes processos de produção que atendam suas demandas específicas com agilidade, rapidez e custos competitivos. Trabalhamos com nossos clientes, parceiros e fornecedores desde a concepção e engenharia até a fabricação de determinado produto, o que nos proporciona a oportunidade de desenvolver produtos novos de acordo com a necessidade do cliente, como, exemplificativamente, o chassi da S10, utilizado na produção mundial desse veículo, que foi concepção nossa. Por tais motivos, mantemos uma relação muito próxima com nossos clientes, o que acreditamos ser um diferencial competitivo importante e um fator decisivo para a nossa capacidade de manter e, eventualmente, aumentar nossa participação de mercado (*market share*).

Adicionalmente, a qualidade de nossos produtos e processos é certificada no Brasil e no exterior por reconhecidos órgãos e instituições independentes. Somos também reconhecidos pelas principais montadoras de veículos e operadores ferroviários como fornecedores certificados, o que nos permite atender aos nossos clientes no Brasil e no exterior, propiciando um aumento de nossas vendas nos mercados doméstico e internacional. Nesse sentido, recebemos prêmios e certificados de montadoras, incluindo os seguintes:

- Toyota Logistic Excellence Performance Award (2011)
- Toyota Quality Achievement Performance Certificate (2011)
- Honda Merit Certificate – Quality & Delivery (2011)
- Nissan Quality Origin Award NISSAN (2011)
- Chrysler Achievement Performance Certificate (2011)
- Volvo Quality Through Excellence Award (2011)

Disciplina Financeira

A condução de nossos negócios é realizada com rígida disciplina financeira, principalmente no que se refere à precificação de cada contrato a ser celebrado com cada um dos nossos clientes e à expectativa de rentabilidade dos investimentos a serem realizados.

Experiência da Administração na Integração de Nossas Aquisições

Nossa administração tem comprovada experiência em integrar companhias adquiridas, o que em anos recentes também nos permitiu, nos momentos oportunos, crescer de maneira eficiente. Acreditamos que a sólida experiência da nossa administração crie diversas oportunidades para continuarmos a investir em nosso crescimento e para consolidarmos nossa posição de mercado. A nossa expansão bem-sucedida é resultado direto de estratégias executadas com sucesso por nossa experiente equipe de administradores.

Nossas Estratégias

Seguimos comprometidos com um planejamento estratégico baseado na busca de crescimento equilibrado e com disciplina financeira, focado no nosso portfólio de negócios e a manutenção de margens operacionais que possam remunerar o capital aplicado e agregar valor aos nossos acionistas. Nesse sentido, algumas das nossas principais estratégias são:

Aumento de Participação nos Mercados Internacionais

Pretendemos aumentar nossa participação nos mercados internacionais por meio da (i) expansão da capacidade de produção de nossas plantas industriais, (ii) utilização de nossa plataforma global de vendas para expandir a comercialização de nossos produtos em países nos quais ainda não operamos e (iii) expansão de nossas linhas de produtos por meio do ingresso em novos nichos de mercado que tenham sinergia com os nossos produtos e/ou com nossos clientes. Acreditamos que essa estratégia, além de garantir presença competitiva dos nossos produtos de forma mundial, fortalece o nosso posicionamento como uma empresa global.

Busca contínua por eficiência e redução de custos

Pretendemos continuar modernizando nossa estrutura produtiva de maneira a adequar-nos às necessidades do mercado, antecipando-nos aos movimentos competitivos e de crescimento da demanda. Pretendemos continuar atualizando produtos e processos para atender de forma plena e diferenciada nossos clientes, fortalecendo assim nossa liderança no mercado doméstico e ampliando nossa presença no mercado internacional, sempre buscando reduzir nossos custos operacionais e administrativos e operar com elevado índice de eficiência. Pretendemos nos valer de nossos custos operacionais competitivos, continuando a maximizar os ganhos das recentes aquisições através de melhorias de nossos processos produtivos, aumento da capacidade de produção, redução de custos em decorrência das sobreposições atuais e ganhos de escala e diminuição de custos fixos.

Novos Negócios e Produtos

Pretendemos oferecer a nossos clientes um número cada vez maior de produtos e serviços que apresentem sinergias com as nossas atividades atuais. Consideramos continuamente: (i) oportunidades de expansão de nossas linhas de produtos por meio do ingresso em novos nichos de mercado, que tenham sinergia com a fabricação de nossos produtos atuais ou com nossos clientes, e (ii) possíveis aquisições de ativos e empresas nos segmentos em que já atuamos.

Por exemplo, com a aquisição da Hayes Lemmerz, adicionamos rodas de alumínio ao nosso portfólio de produtos. Embora não tenhamos planos concretos de aquisições de empresas, estamos continuamente estudando

oportunidades existentes e poderemos vir a realizar aquisições materiais. Acreditamos que, ao ampliar a nossa linha de produtos e serviços, conseguiremos atender melhor os nossos clientes e, conseqüentemente, aumentar nossas receitas e resultados.

Produção Diversificada e Descentralizada

Pretendemos continuar nossa prática de diversificar nossa produção. Nossas plantas são capazes de atender as principais necessidades dos mercados locais e fornecer um acesso eficaz a nossos clientes e matérias-primas. Somos capazes de suprir nossos clientes e obter matérias primas de forma local, o que reduz nossos custos com a produção e transporte e faz com que forneçamos produtos de qualidade a nossos clientes a preços rentáveis. Por meio da diversificação da localização geográfica de nossas plantas, buscaremos atender melhor as necessidades de nossos clientes por meio da facilitação do fornecimento tempestivo de produtos.

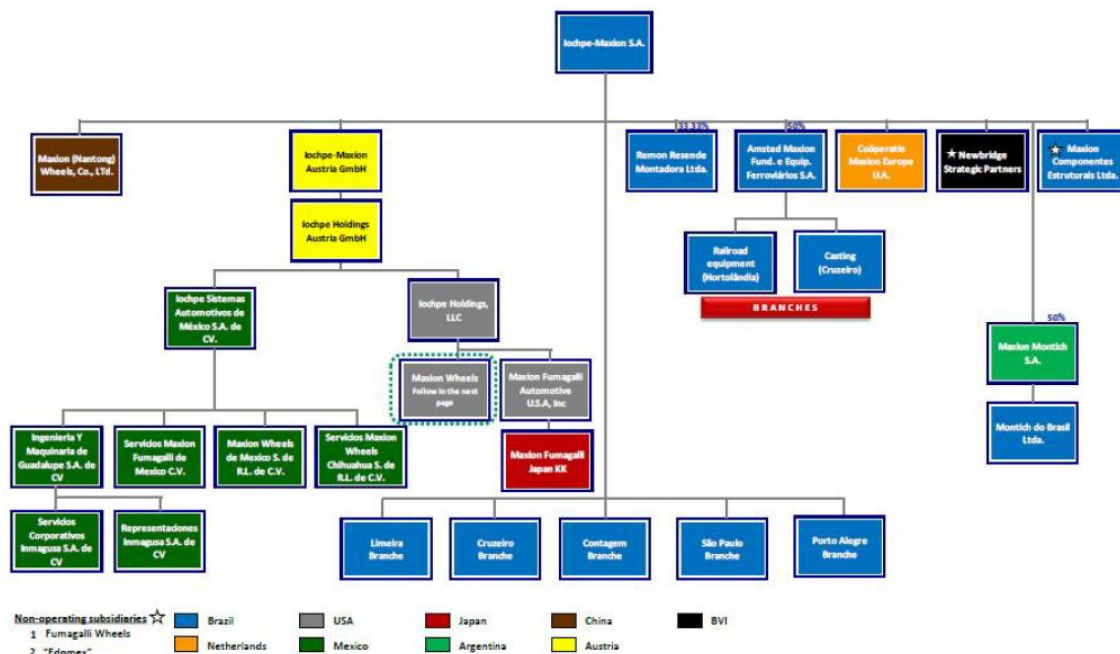
Foco em crescimento

Nossa estratégia central é crescer continuamente de forma orgânica, expandindo a produção nas nossas plantas. Acreditamos que o crescimento em escala fortalece nosso posicionamento, gera economias e traz melhorias para nosso processo industrial. Juntamente com nosso crescimento orgânico, avaliaremos eventuais oportunidades pontuais de aquisição que possam alavancar esse crescimento.

Breve histórico

Iniciamos nossas atividades em 1918, no Estado do Rio Grande do Sul. A estratégia de diversificação de negócios que, durante vários anos, marcou a nossa atuação, a partir da década de 1990, foi complementada pelo esforço de especialização, com foco nos segmentos automotivo e ferroviário. Somos uma companhia de capital aberto desde 1984 e, desde o início de 2008, temos nossas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e desde o ano de 2010, não temos um bloco definido de acionistas que detenha mais de 50,0% das ações de nossa emissão. Ainda assim, há em vigor um acordo de acionistas entre a família Ioschpe e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Participações (BNDESPAR), com vigência até dezembro de 2013, que concentra aproximadamente 33,0% das ações de nossa emissão.

Nesta data, nossa estrutura societária resumida encontra-se descrita abaixo:



Para maiores informações sobre o nosso histórico, veja a seção “6. Histórico do Emissor” e sobre os nossos acionistas a seção “15. Controle”, ambas do nosso Formulário de Referência incorporado a este Prospecto por referência.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À EMISSORA

Os setores nos quais operamos são cíclicos e dependentes das condições da economia brasileira e mundial.

Os setores de autopeças e de equipamentos ferroviários têm historicamente apresentado, e espera-se que continuem a apresentar, ciclos de crescimento e retração. A indústria e os mercados que atendemos estão sujeitos a variações decorrentes de fatores que estão fora de nosso controle, incluindo fatores relacionados às condições da economia brasileira e mundial, preços de matéria prima, bem como nível dos estoques e cronogramas de produção da indústria automobilística e dos consumidores de equipamentos ferroviários. A ocorrência de ciclos de retração no futuro poderá afetar adversamente nossos resultados.

Operamos em setores altamente competitivos, caracterizados pela constante pressão sobre preços.

Enfrentamos uma forte competição de um grupo concentrado de concorrentes locais e internacionais em todos os setores em que atuamos. Nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos, principalmente com relação a preços. Esse ambiente altamente competitivo pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar os preços de nossos produtos, reduzindo nossas receitas e nos afetando adversamente como um todo.

Flutuações nos preços de matéria prima e/ou redução do número de fornecedores podem nos afetar adversamente.

As nossas operações dependem de capacidade de nossa Companhia adquirir matérias-primas (principalmente aço e alumínio) a preços competitivos. O preço desses materiais sofreram variações relevantes nos últimos anos, principalmente em razão das variações da demanda mundial. Caso o preço dessas matérias primas sofra um

acréscimo significativo e não consigamos repassar esse aumento ao preço de nossos produtos ou reduzir nossos custos operacionais para compensar esse aumento, nossa margem operacional será reduzida.

Adicionalmente, nós não podemos garantir um abastecimento contínuo e adequado de matérias primas para atender às nossas necessidades de produção. Um aumento inesperado no consumo de matéria prima por nossa Companhia e/ou por terceiros pode acarretar uma carência de matérias primas. Nesse caso, podemos não conseguir atender aos pedidos de nossos clientes, o que poderia ocasionar um impacto significativo no desenvolvimento de nossas operações e nos nossos resultados, bem como prejudicar sua relação comercial com nossos clientes.

Grande parte de nossa receita é resultante da venda de produtos a um pequeno número de clientes. A perda ou a redução das ordens de compra de qualquer desses clientes poderá nos afetar adversamente.

Os nossos produtos são usualmente vendidos mediante grandes ordens de compras, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de nossas vendas. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar adversamente nossos resultados.

Possuímos operações pendentes de apreciação pelo CADE.

Nós possuímos uma operação notificada ao CADE (AC n.º 08012.011603/2011-71, relativo à aquisição, pela Iochpe-Maxion S.A., da integralidade do capital social da Hayes Lemmerz Indústria de Rodas Ltda. e AC n.º 08012.004551/2011-86, relativo à aquisição da integralidade do capital social da Hayes Lemmerz). O CADE pode visualizar problemas concorrenciais decorrentes dessa operação, caso em que poderá bloqueá-la ou impor restrições. Decisões nesse sentido podem afetar significativamente a estratégia de crescimento da Emissora.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As nossas informações financeiras contidas neste Prospecto devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como com o quadro “10” do nosso Formulário de Referência, ambos incorporados por referência a este Prospecto Preliminar.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, as quais são consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OBJETO SOCIAL

Nosso objeto é: (a) a fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de motores, veículos, tratores agrícolas e industriais, de máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias e de construção de colheitadeiras automotrizes, bem como quaisquer aparelhos, instrumentos sobressalentes e acessórios dos mesmos, equipamentos motorizados ou não, componentes para indústria metalúrgica, ferroviária e automobilística, ferramentas, ferramental, caixa de armazenamento e outros produtos conexos utilizados na produção industrial, bem como a exploração da indústria de fundição, esmaltação, estanhação, plástico, metalúrgica, mecânica em todas suas aplicações e formas, bem como o comércio, beneficiamento, exportação, importação e distribuição dos produtos pertinentes ao ramo; (b) a importação de matérias-primas e produtos

intermediários para a industrialização de produtos acabados relacionados com o objeto social, destinados à comercialização; (c) a prestação de serviços de assistência técnica a outras empresas do mesmo ramo; (d) assistência técnica, locação de serviços, intermediação comercial por conta própria ou de terceiros, comissão ou consignação relativas ao objeto social; (e) a locação de bens pertencentes ao seu ativo imobilizado; (f) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista; (g) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, em conexão com os objetivos mencionados; (h) a implantação e manutenção de centros de treinamento para o uso de seus produtos; e (i) desenvolvimento de culturas experimentais em áreas rurais próprias ou de terceiros.

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção "Fatores de Risco", deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

Companhia	lochpe-Maxion S.A.
Capital Social da Companhia	O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$650.000.000,00.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder e Banco Fator.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco	[Standard & Poor's/ Fitch Ratings /Moody's]: "[•]".
Aprovações Societárias	A emissão das Debêntures e a Oferta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 7 de março de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico".
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados para reperfilamento de passivos financeiros da Emissora. Para mais informações, ver seções "Destinação dos Recursos" e "Operações Vinculadas à Oferta", deste Prospecto.
Regime de Colocação	As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do Estatuto Social, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação", deste Prospecto.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	<p>Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da Remuneração (conforme definido no item "Remuneração" abaixo), observado o limite previsto item "Remuneração" abaixo, inciso II ("<u>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></u>").</p> <p>O resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Data de Integralização, e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.</p> <p>Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos</p>

Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. **A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Os Acionistas (conforme definido abaixo), no âmbito da Oferta Prioritária (conforme definido abaixo), não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação da Remuneração.**

Caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso este tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição.

O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.", deste Prospecto.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2.1 da Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo; e (v) o prazo limite de validade da garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores nos termos do Contrato de Distribuição, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.

Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização

As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e do DDA, em uma mesma data, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 e do BOVESPAFIX.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$320.000.000,00, na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas 320.000 Debêntures.

Valor Nominal

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 na Data de Emissão.

Séries

A Emissão será realizada em série única.

Convertibilidade

As Debêntures serão conversíveis em Ações, nos termos do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações e da Escritura de Emissão.

As Debêntures, à opção dos Debenturistas, poderão ser convertidas em Ações, a qualquer tempo, exceto em dia de assembleia geral de acionistas da Emissora, até a efetiva quitação de todas as obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão ("Período de Conversão"). A conversão poderá se referir à parte ou à totalidade das Debêntures de titularidade do respectivo Debenturista.

As Debêntures serão convertidas em Ações de acordo com a fórmula e os procedimentos previstos na Escritura de Emissão.

	Para mais informações ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Conversibilidade" deste Prospecto.
Frações de Ações	As frações de Ações decorrentes da conversão, nos termos da Escritura de Emissão, serão devidas pela Emissora, em espécie, devendo seu pagamento ser realizado no prazo de até três Dias Úteis contados da respectiva Data de Conversão, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2013.
Prazo e Data de Vencimento	Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de conversão das Debêntures em Ações e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2018 (" Data de Vencimento ").
Pagamento do Valor Nominal	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em uma parcela única, na Data de Vencimento, exceto se as Debêntures forem convertidas em Ações.
Remuneração	<p>A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. <i>atualização monetária</i>: o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e II. <i>juros remuneratórios</i>: sobre o Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, e, em qualquer caso, limitado a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) ("Taxa DI") ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º (primeiro) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2013 e o último, na Data de Vencimento, exceto se as Debêntures forem convertidas em Ações, nos termos da seção "Informações Sobre a Oferta – Características Da Emissão e das Debêntures – Conversibilidade" deste Prospecto, caso em que, com relação às Debêntures convertidas em Ações, sem prejuízo do disposto no item "Frações de Ações" acima, a Remuneração será devida até a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior à respectiva Data de Conversão. A forma de cálculo da Remuneração está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Prospecto como Anexo [•].

Repactuação Programada	Não haverá repactuação programada.
Resgate Antecipado Facultativo	Exceto pelo disposto no item "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado" abaixo, a Emissora não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.
Amortização Antecipada Facultativa	A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.
Oferta Facultativa de Resgate Antecipado	<p>A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("<u>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado</u>"):</p> <ol style="list-style-type: none"> I. a Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da seção "Informações sobre a Oferta – Características Da Emissão e das Debêntures – Publicidade" deste Prospecto ("<u>Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado</u>"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso I abaixo; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; II. após a publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado terão o prazo de dez Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de três Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; III. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de dois Dias Úteis da respectiva data do resgate

antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;

- IV. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;
- V. caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, sobre o resultado do sorteio, com, no mínimo, dois Dias Úteis de antecedência da data do resgate antecipado;
- VI. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos do item Local de Pagamento abaixo; e
- VII. com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será realizado em conformidade os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio dos procedimentos da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, *vide* seção "Informações Sobre a Oferta – Características Da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado", deste Prospecto e "Fatores de Risco – Riscos Relativos à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado", deste Prospecto.

Quoruns de Deliberação

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de

mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quorum acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Emissora, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação, (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Características Da Emissão e das Debêntures – Extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI" deste Prospecto; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) das disposições relativas à conversibilidade das Debêntures; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (j) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (k) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (l) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.

Público Alvo da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, devendo assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores ("Plano da Oferta"). O Plano da Oferta será fixado nos termos abaixo.

Oferta Prioritária

No contexto da Oferta Prioritária, o montante de 240.000 de Debêntures, ou seja, 75% das Debêntures inicialmente ofertadas, será destinada prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que desejam exercer seu direito de prioridade de acordo com o procedimento abaixo indicado:

- I. no Período de Reserva da Oferta Prioritária (conforme definido abaixo), cada um dos Acionistas interessados em participar da Oferta Prioritária realizará pedido de reserva de Debêntures no âmbito da Oferta Prioritária, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto neste inciso, nos incisos VIII, IX, X e XI abaixo, mediante preenchimento de formulário específico ("Pedido de Reserva da Oferta Prioritária") com uma única Instituição Participante da Oferta. Os Acionistas estipularão, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, uma Remuneração mínima como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso a Remuneração seja fixada em valor inferior ao percentual da Taxa DI estabelecido pelo Acionista, o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária será automaticamente

cancelado. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, cada Acionista indicará obrigatoriamente no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária se é ou não Pessoa Vinculada. Adicionalmente, os Acionistas estipularão, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, um valor máximo de investimento. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária realizados por Acionistas titulares de conta neles aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomendar-se-á aos Acionistas interessados na realização de Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária; (c) entrem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta; (d) caso as ações de emissão da Emissora, de sua titularidade, estejam custodiadas na Instituição Escrituradora, se certifiquem de que seus respectivos cadastros estão atualizados na Instituição Escrituradora, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos; e (e) caso as ações de emissão da Emissora, de sua titularidade, estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, se certifiquem de que seus respectivos cadastros estão atualizados em uma das Instituições Participantes da Oferta, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos;

- II. antes de apresentarem seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, os Acionistas que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária;
- III. os Acionistas deverão realizar seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária exclusivamente no período de [•] de abril de 2013, inclusive, a [•] de abril de 2013, inclusive ("Período de Reserva da Oferta Prioritária"), sendo que os Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária a sua condição de Pessoa Vinculada;
- IV. será assegurado a cada um dos Acionistas que realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária subscrever

Debêntures até o limite proporcional de participação de tal Acionista no capital social total da Emissora, sendo que cada ação ordinária de emissão da Emissora de titularidade do Acionista assegurará ao Acionista o direito de subscrever [•] ([•]) Debêntures ("Limite de Subscrição Proporcional");

- V. a verificação do Limite de Subscrição Proporcional de cada um dos Acionistas será realizada na Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária conforme as respectivas posições em custódia em tal data na BM&FBOVESPA e na Instituição Escrituradora, desconsiderando-se as frações, observado que, caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Emissora de titularidade do Acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com a Instituição Escrituradora na Segunda Data de Corte seja inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte, **o Limite de Subscrição Proporcional será ajustado para a respectiva posição em custódia do Acionista na Segunda Data de Corte;**
- VI. não havendo manifestação por meio da celebração de Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por qualquer dos Acionistas referente ao seu respectivo direito de subscrever Debêntures no âmbito da Oferta Prioritária, as Debêntures remanescentes resultantes desta não manifestação serão alocadas prioritariamente aos demais Acionistas que manifestaram sua intenção de subscrição de sobras de Debêntures da Oferta Prioritária. Neste caso, o limite para subscrição das sobras de Debêntures da Oferta Prioritária corresponderá ao percentual de sua respectiva participação no total de ações ordinárias do capital social total da Emissora na Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária, aplicado sobre a quantidade total de sobras de Debêntures da Oferta Prioritária, desconsiderando-se frações. A alocação de sobras de Debêntures da Oferta Prioritária será feita em uma única rodada, sendo que a quantidade de Debêntures da Oferta Prioritária remanescentes após tal alocação de sobras será destinada à Oferta Institucional.
- VII. até as [12h] do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Acionista pela Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por *fac-símile*, telefone ou correspondência, a Data de Integralização, a quantidade de Debêntures alocadas, a Remuneração e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;
- VIII. até as [10h30min] da Data de Integralização, cada Acionista deverá subscrever as respectivas Debêntures, e efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do Preço de Integralização à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sob pena

de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária automaticamente cancelado;

- IX. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) o Acionista poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, devendo, para tanto, informar sua decisão para a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao Acionista, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Acionista em não revogar sua aceitação. Se o Acionista revogar sua aceitação e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;
- X. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Acionista ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o Acionista poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao Acionista, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Acionista em não revogar sua aceitação. Se o Acionista revogar sua aceitação e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- XI. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os Pedido de Reserva da Oferta Prioritária serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária comunicará tal evento aos Acionistas, que poderá ocorrer, inclusive,

mediante publicação de aviso ao mercado. Se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Oferta Institucional

As Debêntures destinadas à Oferta Prioritária que não tiverem sido alocadas na Oferta Prioritária serão destinadas à Oferta Institucional juntamente com as demais Debêntures, observado o disposto no item "Formador de Mercado" abaixo, de acordo com o seguinte procedimento:

- I. após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do Aviso ao Mercado, e a disponibilização do Prospecto Preliminar, poderão ser realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*) ("Apresentações para Potenciais Investidores"), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora;
- II. os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados serão submetidos, por meio da ANBIMA, à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados, por meio da ANBIMA, à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400, conforme o caso;
- III. não haverá recebimento de reservas ou lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometem a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- IV. poderá ser aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. **A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário;**
- V. encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures;
- VI. caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de

investimento nos termos do Contrato de Distribuição;

- VII. desde que todas as Condições Suspensivas tenham sido satisfeitas, ou sua satisfação tenha sido renunciada pelos Coordenadores por escrito, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- VIII. iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Integralização, pelo Preço de Integralização;
- IX. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação;
- X. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- XI. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato seja resilido,

todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores e a Emissora comunicarão tal evento aos investidores, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Formador de Mercado

Conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, o montante equivalente a até 5% das Debêntures inicialmente ofertadas será preferencialmente destinado à colocação ao Banco Fator ("Formador de Mercado"), a fim de possibilitar-lhe a atuação, nos ambientes em que as Debêntures serão negociadas, como formador de mercado (market makers), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures até o seu vencimento, nos termos da legislação aplicável e conforme contrato a ser firmado entre o Formador de Mercado e a Companhia. As intenções de investimento do Banco Fator serão apresentadas em até sete Dias Úteis antes da data de encerramento do Procedimento de Bookbuilding, pela Remuneração que vier a ser apurada no Procedimento de Bookbuilding, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição da Remuneração das Debêntures durante o Procedimento de Bookbuilding.

Pessoas Vinculadas

Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta.

Caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso este tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição.

O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures", deste Prospecto.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Emissora (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriurador ou na

sede da Emissora, conforme o caso.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de autopeças e de equipamentos ferroviários. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", deste Prospecto, em conjunto com os com as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" constantes do Formulário de Referência.

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção "Fatores de Risco", deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", indicada na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", deste Prospecto.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBIMA em [8] de março de 2013, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBIMA e à prévia aprovação pela CVM.

CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta

N.º	Evento	Data de Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
1.	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	[•]
	Publicação de Fato Relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	
2.	Publicação do Aviso ao Mercado	[•]
	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	
3.	Início das Apresentações a Potenciais Investidores	[•]
4.	Início do período de coleta de intenções de investimento	[•]
5.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	[•]
6.	Encerramento do período de coleta de intenções de investimento	[•]
7.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	[•]
8.	Registro da Oferta	[•]
9.	Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	[•]
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•]
10.	Data de Liquidação	[•]
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento	[•]

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Aceitação à Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Modificação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Suspensão da Oferta" e "Informações Sobre a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", deste Prospecto.

⁽³⁾ Para informações sobre o prazo para exercício da garantia firme e venda das Debêntures Objeto da Garantia Firme, pelos Coordenadores, ver seção ["Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação"] deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico" e na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.iochpe.com.br).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A emissão das Debêntures e as principais condições da Oferta foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião preliminar realizada em 7 de março de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico".

Todas as demais condições da Oferta foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em [8] de [março] de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico".

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Emissora é de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), representado por 94.863.372 (noventa e quatro milhões, oitocentas e sessenta e três mil, trezentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da Companhia. Para maiores informações sobre o controle da Emissora, vide seção 15 "Controle" do Formulário de Referência.

A tabela abaixo mostra a evolução do capital social da Emissora nos últimos 3 (três) exercícios sociais:

Data	Valor em Reais
27/04/2010	98.536.712,01
14/04/2011	140.000.000,00
26/04/2012	150.000.000,00

Fonte: Companhia

Para maiores informações sobre o capital social da Emissora, vide a seção 17 "Capital Social" do Formulário de Referência.

ALTERAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL DA EMISSORA DECORRENTE DA CONVERSÃO DAS AÇÕES

Considerando a eventual conversão da totalidade das Debêntures em Ações (considerando a emissão de 320.000 Debêntures) pelo Preço de Conversão de R\$30,30, o capital social do Emissor será aumentado em 10.560.000 Ações, passando de 94.863.372 Ações para 105.423.372 Ações.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Colocação

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Debêntures, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do Estatuto Social, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Coleta de Intenções de Investimento (Bookbuilding)

Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da Remuneração (conforme definido no item

"Remuneração" abaixo), observado o limite previsto item "Remuneração" abaixo, inciso II ("Procedimento de Bookbuilding").

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Data de Integralização, e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta (ver a seção "– Características Da Emissão e Das Debêntures – Contrato de Distribuição – Público Alvo da Oferta", abaixo), incluindo Pessoas Vinculadas (ver a seção "– Características Da Emissão e Das Debêntures – Contrato de Distribuição – Pessoas Vinculadas", abaixo).

Caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso este tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição.

O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures", deste Prospecto.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2.1 da Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo; e (v) o prazo limite de validade da garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores nos termos do Contrato de Distribuição, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.

Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização

As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e do DDA, em uma mesma data, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 e do BOVESPAFIX.

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

Número da Emissão

As Debêntures representam a [quinta/sexta] emissão de debêntures da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$320.000.000,00, na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas 320.000 Debêntures.

Valor Nominal

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal").

Séries

A Emissão será realizada em série única.

Forma e Comprovação de Titularidade

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Conversibilidade

As Debêntures serão conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Emissora ("Ações"), nos termos do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações e da Escritura de Emissão.

As Debêntures, à opção dos Debenturistas, poderão ser convertidas em Ações, a qualquer tempo, exceto em dia de assembleia geral de acionistas da Emissora, até a efetiva quitação de todas as obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão ("Período de Conversão"). A conversão poderá se referir à parte ou à totalidade das Debêntures de titularidade do respectivo Debenturista.

As Debêntures serão convertidas em Ações de acordo com a seguinte fórmula:

Quantidade de Ações = VN/Preço de Conversão por Ação, onde:

"Quantidade de Ações" significa a quantidade de Ações em que cada Debênture poderá ser convertida;

"VN" significa o Valor Nominal de cada uma das Debêntures; e

"Preço de Conversão por Ação" significa:

(i) R\$30,303030, correspondente a 114,21% (cento e quatorze inteiros e vinte e um centésimos por cento) da média dos preços de fechamento por Ação dos 20 (vinte) pregões da BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data da RCA Preliminar ("Preço de Conversão por Ação Original"); ou

(ii) caso, a qualquer tempo até a Data de Vencimento, ocorra qualquer emissão de Ações pela Emissora, para subscrição pública ou particular, exceto se tal emissão decorrer do exercício de plano de opção de compra de ações já existente na Data de Emissão ou que venha a ser aprovado posteriormente à Data de Emissão, o Preço de Conversão por Ação passará a ser o menor valor entre (a) o preço de emissão por Ação objeto de tal emissão; ou (b) o Preço de Conversão por Ação Original.

Tendo em vista a fórmula acima, na Data de Emissão, cada Debênture corresponderá a 33 Ações.

A quantidade de Ações em que cada Debênture poderá ser convertida, nos termos acima, (i) será automaticamente ajustada por qualquer bonificação, desdobramento ou grupamento de Ações, ou redução de capital com cancelamento de Ações, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da Data de Emissão; e (ii) não será ajustada por proventos pagos ou a serem pagos às Ações, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros. Assim, por exemplo, (a) em caso de grupamento de ações, o Preço de Conversão deverá ser multiplicado pela mesma razão referente ao grupamento das Ações; e (b) em caso de desdobramento de ações ou bonificações, o Preço de Conversão deverá ser dividido pela mesma razão referente ao desdobramento das Ações ou pela mesma razão utilizada para a bonificação.

Os Debenturistas que desejarem converter suas Debêntures em Ações, nos termos previstos acima, deverão

exercer esse direito durante o Período de Conversão, por meio de comunicação escrita à Emissora e ao Agente Fiduciário, solicitando a conversão e informando a qualificação do Debenturista e a quantidade de Debêntures de sua titularidade que serão objeto da conversão ("Solicitação de Conversão").

A CETIP ou a BM&FBOVESPA, conforme o caso, informarão o Escriturador, que fará o controle e a confirmação da Solicitação de Conversão e da verificação da quantidade de Debêntures de titularidade do respectivo Debenturista, informando, na mesma data, a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Liquidante.

Para todos os efeitos legais, a data de conversão das Debêntures será a data de recebimento da Solicitação de Conversão ("Data de Conversão").

A Emissora depositará no Escriturador, que também é a instituição escrituradora das Ações, no prazo de até três Dias Úteis contados da respectiva Data de Conversão, a quantidade de Ações correspondentes à quantidade de Debêntures convertidas. Quaisquer tributos e despesas relacionados ao depósito serão pagos pela Emissora.

As frações de Ações decorrentes da conversão, nos termos da Escritura de Emissão, serão devidas pela Emissora, em espécie, devendo seu pagamento ser realizado no prazo de até três Dias Úteis contados da respectiva Data de Conversão, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A conversão de qualquer Debênture em Ações implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture previstos na Escritura de Emissão.

As Ações resultantes da conversão das Debêntures terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias de emissão da Emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da Data de Conversão, inclusive no que se refere aos dividendos referentes ao exercício social no qual tenha sido efetivada a respectiva conversão.

Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures em Ações, observada a forma estabelecida no artigo 166, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Emissora, serão arquivados na JUCESP no prazo de até 30 dias contados da data da respectiva efetivação.

Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, o critério escolhido para a fixação do preço de emissão das Ações a serem emitidas em decorrência da conversão das Debêntures será determinado conforme estabelecido acima.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2013 ("Data de Emissão").

Prazo e Data de Vencimento

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de conversão das Debêntures em Ações e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2018 ("Data de Vencimento")

Pagamento do Valor Nominal

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em uma parcela única, na Data de Vencimento, exceto se as Debêntures forem convertidas em Ações.

Remuneração

A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

- III. *atualização monetária*: o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- IV. *juros remuneratórios*: sobre o Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia primeiro dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2013 e o último, na Data de Vencimento, exceto se as Debêntures forem convertidas em Ações, nos termos da seção "Informações Sobre a Oferta – Características Da Emissão e das Debêntures – Conversibilidade" deste Prospecto, caso em que, com relação às Debêntures convertidas em Ações, sem prejuízo do disposto na seção "Informações Relativas à Oferta - Conversibilidade" deste Prospecto sobre as frações de ações, a Remuneração será devida até a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior à respectiva Data de Conversão. A forma de cálculo da Remuneração está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Prospecto como Anexo [•].

Extinção, limitação e/ou não divulgação Taxa DI

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até cinco dias contados da data de término do prazo de dez dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que, até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro*

rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI", deste Prospecto.

Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

Exceto pelo disposto na seção "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado" abaixo, a Emissora não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.

Amortização Antecipada Facultativa

A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.

Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

- VIII. a Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da seção "Informações sobre a Oferta – Características Da Emissão e das Debêntures – Publicidade" deste Prospecto ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV acima; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso I acima; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- IX. após a publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado terão o prazo de dez Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de três Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de

Resgate Antecipado;

- X. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de dois Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;
- XI. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;
- XII. caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, sobre o resultado do sorteio, com, no mínimo, dois Dias Úteis de antecedência da data do resgate antecipado;
- XIII. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos do item Local de Pagamento abaixo; e
- XIV. com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será realizado em conformidade os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio dos procedimentos da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

Direito ao Recebimento dos Pagamentos

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Emissora (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Emissora, conforme o caso.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo ("Dia Útil")) subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% ("Encargos Moratórios").

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de dez Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1, 6.26.2 e 6.26.3 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de um Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- II. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de dez Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;

- III. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Escritura de Emissão;
- IV. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), declarada por meio de decisão judicial transitada em julgado;
- V. questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora ("Controlada"), e/ou por qualquer coligada da Emissora, da Escritura de Emissão;
- VI. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação;
- VII. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante (conforme definido abaixo), exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso IX abaixo; (b) decretação de falência da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (f) eventos similares aos descritos nas alíneas (a) a (e) acima em outras jurisdições;
- VIII. transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de seis meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação:
 - (i) o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Valor Base"), sendo que, nesse caso, será recalculada toda a Remuneração paga até a data do efetivo pagamento, em cada data de pagamento de Remuneração, considerando a Remuneração como correspondente a juros remuneratórios correspondentes a [128,50%] da variação acumulada Taxa DI ("Remuneração Ajustada"), sendo que as diferenças entre os valores recalculados e os valores efetivamente pagos, em cada data de pagamento de Remuneração, serão ajustadas até a data do efetivo pagamento pela Taxa Ajustada e adicionadas ao Valor Base; ou
 - (ii) o direito de converter as Debêntures em Ações; ou
 - (c) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer Controlada, de ações de emissão de qualquer Controlada ou de parcela cindida de qualquer Controlada, observado que a exceção prevista nesta alínea não se aplica à Iochpe Holdings, LLC ("Iochpe Holdings") e nem à Maxion Wheels ("Maxion Wheels"); ou

- (d) pela incorporação, por qualquer Controlada, de qualquer outra Controlada, de ações de emissão de qualquer outra Controlada ou de parcela cindida de qualquer outra Controlada, observado que a exceção prevista nesta alínea não se aplica à Iochpe Holdings e nem à Maxis Wheels; ou
 - (e) pela incorporação, pela Emissora ou por qualquer Controlada (de modo que a Emissora ou a Controlada seja a incorporadora) de qualquer sociedade, de ações de emissão de qualquer sociedade ou de parcela cindida de qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Emissora, no âmbito de uma operação de aquisição em que o pagamento seja feito, no todo ou em parte, por meio de emissão ou entrega de ações de emissão da Emissora ou de ações de emissão da respectiva Controlada, desde que, em qualquer caso, seja realizada, imediatamente após a realização da operação, a atualização da classificação de risco (*rating*) das Debêntures; ou
 - (f) pela incorporação, por qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Emissora, de qualquer Controlada que não seja uma Controlada Relevante; ou
 - (g) pela cisão, total ou parcial, de qualquer Controlada, desde que a totalidade da parcela cindida do patrimônio da Controlada cindida seja vertida para a Emissora e/ou para qualquer outra Controlada, observado que a exceção prevista nesta alínea não se aplica à Iochpe Holdings e nem à Maxis Wheels; ou
 - (h) pela cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária de qualquer Controlada em razão de ordem judicial, sentença arbitral, exigência legal ou decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE");
- X. redução de capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- XI. alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora e/ou de qualquer Controlada, exceto se o(s) novo(s) controlador(es) atender(em), cumulativamente, às seguintes condições: (a) possuir classificação de risco (*rating*) igual ou superior à classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissora, em escala local, caso aplicável, atribuído pela Standard & Poors' ou pela Fitch Ratings, ou classificação similar publicada pela Moody's; (b) possuir histórico de adimplência de todas as suas obrigações com os mercados financeiros brasileiro e internacional similar ao da Emissora na Data de Emissão; e (c) manter as ações de emissão da Emissora listadas no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, observado que a exceção prevista neste inciso não se aplica à Iochpe Holdings e nem à Maxis Wheels;
- XII. cancelamento (a) do registro da Emissora como Emissora emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM; e/ou (b) da listagem das ações de emissão da Emissora no Novo Mercado, exceto se tais cancelamentos tenham ocorrido em virtude de reorganização societária envolvendo a Emissora que seja autorizada pelos Debenturistas ou permitida, nos termos do inciso IX acima, alínea (a) ou (b);
- XIII. não manutenção de capital autorizado necessário à conversão da Debêntures em Ações;
- XIV. criação de ações preferenciais de emissão da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação;
- XV. alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação; ou

- (b) exclusivamente no caso de qualquer Controlada, se não resultar em alteração do objeto social principal da respectiva Controlada;
- XVI. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- XVII. inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo), não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- XVIII. inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação que não seja Obrigação Financeira, em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00, ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) Dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- XIX. vencimento antecipado, seja por declaração do respectivo credor ou de forma automática, de qualquer dívida ou obrigação, incluindo qualquer Obrigação Financeira, da Emissora e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora);
- XX. protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00, ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- XXI. inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora e/ou qualquer Controlada, não sanado no prazo de cinco Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- XXII. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:
- (a) pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios; ou
 - (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) para qualquer Controlada; ou
 - (c) por venda de ativo(s) para terceiros em virtude de ordem judicial, sentença arbitral ou exigência legal de decisão do CADE; ou
 - (d) [pela cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativo(s) em valor, individual ou, durante a vigência das Debêntures, agregado, igual ou inferior a 11% do ativo consolidado da Emissora ou da receita bruta consolidada da Emissora, o que for menor, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora (conforme definido abaixo) então mais recentes, observado que a exceção prevista neste inciso não se aplica à Iochpe Holdings e nem à Maxion Wheels;]
- XXIII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse, direta ou indireta, da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, que resultem em Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- XXIV. distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos

dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emissora vigente na Data de Emissão;

- XXV. caso a Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante deixe de manter todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, exceto por aquelas cuja ausência, perda ou não renovação não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- XXVI. citação da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante em autuações na esfera administrativa ou medida judiciais iniciadas por órgãos governamentais de natureza fiscal, previdenciária, ambiental ou de defesa da concorrência, em qualquer jurisdição, exceto se, no prazo legal aplicável, tenham sido apresentadas as defesas, recursos e/ou exceções cabíveis, com o objetivo de suspender ou interromper tais autuações ou medida judiciais e, caso aplicável, tenham sido apresentadas garantias consideradas suficientes pelo respectivo juízo, exceto por tais eventos que não tenham um Efeito Adverso Relevante;
- XXVII. realização, pela Emissora ou por qualquer Controlada, de qualquer operação com parte(s) relacionada(s), exceto:
- (a) se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação; ou
 - (b) se contratada em parâmetros de mercado, no caso de prestação de serviços, e a taxas de juros e condições de mercado, no caso de mútuos; ou
 - (c) se contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou quaisquer de suas subsidiárias;
- XXVIII. não observância, pela Emissora, do índice financeiro abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo) semestralmente, nos termos da Escritura de Emissão, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Escritura de Emissão, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 30 de junho de 2013: o quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pelo EBITDA (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a:
- (a) 4,5 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 30 de junho de 2013;
 - (b) 4,0 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2013;
 - (c) 3,3 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 30 de junho de 2014;
 - (d) 3,2 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2014;
 - (e) 2,5 vezes com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2015; e
 - (f) 2,0 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 30 de junho de 2016 e às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas a 31 de dezembro e a 30 de junho subsequentes.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XIII, XIV, XV, XIX ou XXIV, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos no parágrafo anterior), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de cinco Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na

referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora se obriga a, a critério exclusivo de cada um dos Debenturistas:

- I. resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios; ou
- II. converter parte ou a totalidade das Debêntures de titularidade do respectivo Debenturista em Ações, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança por meio de processo de execução judicial.

Para os fins desta seção:

- I. "Controlada Relevante" significa (a) a Iochpe Holdings; (b) a Maxon Wheels; e (c) qualquer outra Controlada cujo ativo total ou cuja receita bruta, com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas de tal Controlada, represente, no mínimo, cinco por cento do ativo consolidado da Emissora ou da receita bruta consolidada da Emissora, o que for menor, com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora;
- II. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, o somatório do endividamento financeiro da Emissora do circulante e do não circulante, venda de recebíveis com coobrigação, garantias em favor de terceiros, *leasing* financeiro, debêntures e notas, passivos oriundos de outros instrumentos financeiros, incluindo contas a pagar de operações de fusão e aquisição e dívidas oriundas de aquisições de novas entidades ainda não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, deduzido da rubrica "caixa e aplicações financeiras";
- III. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas aos quatro trimestres imediatamente anteriores, o lucro antes dos juros, impostos

sobre renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, depreciação e amortização, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012; e

- IV. "Obrigação Financeira" significa valores devidos, em qualquer jurisdição, em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, cédulas de crédito bancário, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias, *bonds*, *notes* ou instrumentos similares; (b) aquisições a pagar; (c) saldo líquido de operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora) seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora e/ou de qualquer Controlada); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de sociedades não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora; e (e) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos fixos ou mínimos, se aplicável.

Publicidade

Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos do parágrafo acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Emissora, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação, (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto neste item; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) das disposições relativas à conversibilidade das Debêntures; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (j) das disposições relativas a amortizações antecipadas

facultativas; (k) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (l) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto acima (quórum de 75% das Debêntures em circulação).

Para os fins da Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado os quoruns previstos na Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures.

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores, sem solidariedade entre si, realizarão a Oferta, em regime de garantia firme, de 320.000 Debêntures, no prazo de até [cinco] Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação"), na seguinte proporção:

- I. Coordenador Líder: 160.000 Debêntures, no valor de R\$160.000.000,00 ("Debêntures Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder"); e
- II. Banco Fator: 160.000 Debêntures, no valor de R\$160.000.000,00 ("Debêntures Objeto da Garantia Firme do Banco Fator").

Se, até o final do Prazo de Colocação, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão, até o último dia do Prazo de Colocação, subscrever e integralizar as respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme que porventura não forem colocadas para investidores, selecionando, a seu exclusivo critério, a(s) série(s) em que a respectiva garantia firme será exercida, observado que, em qualquer caso, a garantia firme será sempre exercida na taxa limite da Remuneração aplicável, conforme prevista nas seções "Características Da Emissão e Das Debêntures – Remuneração" acima.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures por força da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Plano da Oferta

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com intermediação dos Coordenadores, por meio de (i) uma oferta aos Acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400 ("Oferta Prioritária"); e (ii) uma oferta aos Investidores Institucionais ("Oferta Institucional").

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, devendo assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares do prospecto preliminar da Oferta, incluindo o Formulário de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo em conjunto, "Prospectos") para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores ("Plano da Oferta"). O Plano da Oferta será fixado nos termos abaixo.

Oferta Prioritária

No contexto da Oferta Prioritária, o montante de 240.000 de Debêntures, ou seja, 75% das Debêntures inicialmente ofertadas, será destinada prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que desejaram exercer seu direito de prioridade de acordo com o procedimento abaixo indicado:

- I. no Período de Reserva da Oferta Prioritária, cada um dos Acionistas interessados em participar da Oferta Prioritária realizará pedido de reserva de Debêntures no âmbito da Oferta Prioritária, irrevogável e irreatável, exceto pelo disposto neste inciso, nos incisos VIII, IX, X e XI acima, mediante preenchimento de formulário específico ("Pedido de Reserva da Oferta Prioritária") com uma única Instituição Participante da Oferta. Os Acionistas estipularão, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, uma Remuneração mínima como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso a Remuneração seja fixada em valor inferior ao percentual da Taxa DI estabelecido pelo Acionista, o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária será automaticamente cancelado. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, cada Acionista indicará obrigatoriamente no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária se é ou não Pessoa Vinculada. Adicionalmente, os Acionistas estipularão, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, um valor máximo de investimento. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária realizados por Acionistas titulares de conta neles aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomendar-se-á aos Acionistas interessados na realização de Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária; (c) entrem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta; (d) caso as ações de emissão da Emissora, de sua titularidade, estejam custodiadas na Instituição Escriutadora, se certifiquem de que seus respectivos cadastros estão atualizados na Instituição Escriutadora, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos; e (e) caso as ações de emissão da Emissora, de sua titularidade, estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, se certifiquem de que seus respectivos cadastros estão atualizados em uma das Instituições Participantes da Oferta, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos;

- II. antes de apresentarem seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, os Acionistas que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária;
- III. os Acionistas deverão realizar seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária exclusivamente no período de [•] de abril de 2013, inclusive, a [•] de abril de 2013, inclusive ("Período de Reserva da Oferta Prioritária"), sendo que os Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária a sua condição de Pessoa Vinculada;
- IV. será assegurado a cada um dos Acionistas que realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária subscrever Debêntures até o limite proporcional de participação de tal Acionista no capital social total da Emissora, sendo que cada ação ordinária de emissão da Emissora de titularidade do Acionista assegurará ao Acionista o direito de subscrever [0,00253%] Debêntures ("Limite de Subscrição Proporcional");
- V. a verificação do Limite de Subscrição Proporcional de cada um dos Acionistas será realizada na Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária conforme as respectivas posições em custódia em tal data na BM&FBOVESPA e na Instituição Escriuradora, desconsiderando-se as frações, observado que, caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Emissora de titularidade do Acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com a Instituição Escriuradora na Segunda Data de Corte seja inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte, **o Limite de Subscrição Proporcional será ajustado para a respectiva posição em custódia do Acionista na Segunda Data de Corte;**
- VI. não havendo manifestação por meio da celebração de Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por qualquer dos Acionistas referente ao seu respectivo direito de subscrever Debêntures no âmbito da Oferta Prioritária, as Debêntures remanescentes resultantes desta não manifestação serão alocadas prioritariamente aos demais Acionistas que manifestaram sua intenção de subscrição de sobras de Debêntures da Oferta Prioritária. Neste caso, o limite para subscrição das sobras de Debêntures da Oferta Prioritária corresponderá ao percentual de sua respectiva participação no total de ações ordinárias do capital social total da Emissora na Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária, aplicado sobre a quantidade total de sobras de Debêntures da Oferta Prioritária, desconsiderando-se frações. A alocação de sobras de Debêntures da Oferta Prioritária será feita em uma única rodada, sendo que a quantidade de Debêntures da Oferta Prioritária remanescentes após tal alocação de sobras será destinada à Oferta Institucional.
- VII. até as [12h] do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Acionista pela Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por *fac-símile*, telefone ou correspondência, a Data de Integralização, a quantidade de Debêntures alocadas, a Remuneração e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;
- VIII. até as [10h30min] da Data de Integralização, cada Acionista deverá subscrever as respectivas Debêntures, e efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do Preço de Integralização à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária automaticamente cancelado;
- IX. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) o Acionista poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, devendo, para tanto, informar sua decisão para a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta

ao Acionista, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Acionista em não revogar sua aceitação. Se o Acionista revogar sua aceitação e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;

- X. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Acionista ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o Acionista poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária (i) até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao Acionista, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Acionista em não revogar sua aceitação. Se o Acionista revogar sua aceitação e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- XI. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os Pedido de Reserva da Oferta Prioritária serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária comunicará tal evento aos Acionistas, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Oferta Institucional

As Debêntures destinadas à Oferta Prioritária que não tiverem sido alocadas na Oferta Prioritária serão destinadas à Oferta Institucional juntamente com as demais Debêntures, de acordo com o seguinte procedimento:

- I. após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do Aviso ao Mercado, e a disponibilização do Prospecto Preliminar, poderão ser realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*) ("Apresentações para Potenciais Investidores"), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora;
- II. os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados serão submetidos, por meio da ANBIMA, à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados, por meio da ANBIMA, à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400, conforme o caso;
- III. não haverá recebimento de reservas ou lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometem a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;

- IV. poderá ser aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário;
- V. encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures;
- VI. caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento;
- VII. desde que todas as Condições Suspensivas tenham sido satisfeitas, ou sua satisfação tenha sido renunciada pelos Coordenadores por escrito, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- VIII. iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Integralização, pelo Preço de Integralização;
- IX. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação;
- X. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- XI. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato

de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores e a Emissora comunicarão tal evento aos investidores, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, o montante equivalente a até 5% das Debêntures inicialmente ofertadas será preferencialmente destinado à colocação ao Banco Fator ("Formador de Mercado"), a fim de possibilitar-lhe a atuação, nos ambientes em que as Debêntures serão negociadas, como formador de mercado (*market maker*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures até o seu vencimento, nos termos da legislação aplicável e conforme contrato a ser firmado entre o Formador de Mercado e a Emissora. As intenções de investimento do Banco Fator serão apresentadas em até sete Dias Úteis antes da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, pela Remuneração que vier a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição da Remuneração das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações, vide a seção "Contrato de Formador de Mercado" deste Prospecto.

Público Alvo da Oferta

Observado o disposto na seção "Plano da Oferta" acima, a Oferta será realizada para (i) titulares de ações de emissão da Emissora ao final do dia 8 de março de 2013 ("Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária") e ao final do dia 15 de abril de 2013 ("Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária"), conforme as respectivas posições em custódia em tais datas na BM&FBOVESPA e na Itaú Corretora de Valores S.A., instituição escrituradora de ações de emissão da Emissora ("Instituição Escrituradora"), que tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária (conforme definido abaixo) ("Acionistas"); e (ii) investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos ("Investidores Institucionais").

Pessoas Vinculadas

Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding* até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Os Acionistas (conforme definido abaixo), no âmbito da Oferta Prioritária (conforme definido abaixo), não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação da Remuneração.

O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures", deste Prospecto.

Exclusão das Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no Contrato de Adesão ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta,

ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Emissora e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, (i) deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e todos os boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores.

Contrato de Formador de Mercado

A Emissora contratou o Banco Fator como formador de mercado (*market makers*), nos ambientes em que as Debêntures serão negociadas (BM&FBOVESPA e CETIP), com a finalidade de fomentar a liquidez das Debêntures no mercado secundário mediante a existência de ofertas firmes diárias de compra e venda para esses valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável e conforme o Contrato de Formador de Mercado.

O Banco Fator fará farão jus a remuneração por parte da Emissora equivalente a [•], em decorrência da prestação dos serviços de formador de mercado. O Contrato de Formador de Mercado vigorará até a Data de Vencimento.

O Contrato de Formador de Mercado estará disponível para cópia nas sedes da BM&FBOVESPA e da CETIP, cujos endereços são: Rua XV de Novembro 275, São Paulo, SP e Av. Brigadeiro Faria Lima 1.663, 1º andar, São Paulo, SP, respectivamente.

Remuneração dos Coordenadores

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, a título de remuneração pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará, na respectiva Data de Integralização, as seguintes comissões (em conjunto, "Comissionamento"):

- I. *comissão de estruturação e coordenação*: 0,15%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, devida aos Coordenadores, na proporção da garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores;
- II. *comissão de colocação*: 0,15%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, devida aos Coordenadores, na proporção da garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores;
- III. *prêmio de garantia firme*: 0,20%, calculado sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures Objeto da Garantia Firme, independentemente do exercício da garantia firme, devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme; e
- IV. *comissão de sucesso*: a Emissora pagará aos Coordenadores, na Data de Integralização e nas datas de 1º de abril de 2014, 1º de abril de 2015, 1º de abril de 2016 e 1º de abril de 2017 (cada uma, "Data de Verificação"), uma comissão equivalente a 50% do valor presente das diferenças entre as estimativas de pagamentos de juros de acordo com a variação acumulada da Taxa DI prevista na Cláusula 5.14, inciso II da Escritura de Emissão, e as estimativas de pagamentos de juros calculadas à taxa efetiva de colocação das Debêntures, considerando-se para tal cálculo, em cada data, (i) a curva de DI Futuro de fechamento do Dia Útil

imediatamente anterior a cada Data de Verificação, com interpolação exponencial das taxas de juros; (ii) apenas os dois próximos pagamentos de juros; (iii) o montante total das Debêntures em circulação da Data de Verificação; e (iv) a taxa de desconto igual à taxa efetiva de colocação das Debêntures. Tal comissão de sucesso vigorará e será devida aos Coordenadores até (i) 1º de abril de 2017, (ii) a data de vencimento antecipado das Debêntures ou (iii) a data de conversão da última Debênture em circulação, o que ocorrer primeiro.

Cópia do Contrato de Distribuição

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Emissora e dos Coordenadores.

Custos Estimados da Oferta

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

Descrição	Valor Total (R\$)	Valor por Debênture (R\$)(1)	% do Valor Total da Oferta
Valor Total	320.000.000,00	1.000,00	100,00%
Custo Total	2.501.788,03	2.501,79	0,782%
Comissões incluindo tributos incidentes sobre o comissionamento	1.738.218,03	1.738,22	0,543%
Garantia Firme	640.000,00	640,00	0,200%
Estruturação e Coordenação	480.000,00	480,00	0,150%
Colocação	480.000,00	480,00	0,150%
Tributos incidentes sobre o comissionamento	138.218,03	138,22	0,043%
Comissão de Sucesso ⁽³⁾	-	-	-
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	82,87	0,026%
ANBIMA	11.000,00	11,00	0,003%
Advogados	400.000,00	400,00	0,125%
Auditores	140.000,00	140,00	0,044%
Banco Mandatário ⁽⁴⁾	25.200,00	25,20	0,008%
Agente Fiduciário ⁽⁴⁾	9.500,00	9,50	0,003%
Classificação de Risco	45.000,00	45,00	0,014%
Outras ⁽²⁾	50.000,00	50,00	0,016%
Valor Líquido para Emissora	317,498,211.97	317,498.21	99,22%

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ Inclui despesas gerais, impressão de prospectos e publicações de anúncios e avisos.

⁽³⁾ A Comissão de Sucesso, calculada de acordo com a seção "Condições do Contrato de Distribuição – Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, se houver, só poderá ser calculada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e será devidamente informada no Prospecto Definitivo.

⁽⁴⁾ Valor anual.

A tabela abaixo indica o custo estimado para a Emissora da Oferta por Debênture.

	Valor Nominal Unitário	Custo da Distribuição	Valor Líquido ⁽¹⁾
Por Debênture	R\$1.000,00	R\$ 2.501,79	R\$ 0,01

⁽¹⁾ Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta

INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de autopeças e de equipamentos ferroviários. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", deste Prospecto, em conjunto com os com as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" constantes do Formulário de Referência.

MANIFESTAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO À OFERTA

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

SUSPENSÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a

suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto na seção " – Informações Sobre a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", abaixo. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

CANCELAMENTO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

FATORES DE RISCO DA OFERTA

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Emissora e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência da Emissora, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Emissora. A leitura deste Prospecto Preliminar não substitui a leitura do Formulário de Referência da Emissora.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Emissora atualmente acredita que poderão afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Emissora, ou que a Emissora atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures

Caso as Ações da Emissora se desvalorizem, o valor de mercado das Debêntures poderá ser afetado.

A Emissora acredita que o valor de mercado das Debêntures será significativamente afetado pelo valor de mercado das suas Ações. Isso poderá resultar em uma maior volatilidade no valor de mercado de suas Debêntures em comparação com o que seria esperado para uma debênture não conversível em ações. O valor de mercado das Ações provavelmente continuará a variar como resultado de diversos fatores, incluindo os fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco". Por exemplo, o valor das Ações poderá ser afetado pela possível venda das Ações por investidores que considerem as Debêntures como uma maneira mais atrativa de participar do capital da Emissora e por operações de *hedge* e arbitragem que poderiam, por sua vez, afetar o preço de negociação das Debêntures. Adicionalmente, conversões antecipadas das Debêntures em Ações poderão resultar na desvalorização do preço das Ações, uma vez que quaisquer dessas conversões resultaria na emissão de um número significativo de Ações.

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo tais investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos deste país que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nestes países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não há certeza de que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures. Não há certeza de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, afetando dessa forma a capacidade dos Debenturistas de receber pontual e integralmente os valores que lhes forem devidos nos termos das Debêntures.

A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures pode ser considerada nula em decorrência da Súmula n.º 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas.

Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula n.º 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas uma remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

A volatilidade e a baixa liquidez do mercado de capitais brasileiro e do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares, bem como limitar substancialmente a capacidade de venda de ações, quando da conversão das Debêntures em Ações, ao preço e tempo desejáveis pelos Debenturistas.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente um maior grau de risco se comparado a investimentos em valores mobiliários de empresas localizadas em mercados de títulos internacionais. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

Além disso, após a conversão das Debêntures em Ações, as características descritas acima podem limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender as respectivas Ações ao preço e no momento desejados, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre a cotação das Ações.

Quando da conversão das Debêntures em Ações, seus acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

O Estatuto Social da Emissora estabelece o dividendo mínimo obrigatório de 37% de seu lucro líquido anual ajustado, na forma de dividendos e/ou juro sobre capital próprio, calculado de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos depende, especialmente, da existência de lucro líquido. Além disso, a distribuição de dividendos está sujeita a aprovação da sua assembleia geral, conforme previsto em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. Não obstante a existência de dividendo mínimo obrigatório em seu estatuto social, o Conselho de Administração da Companhia poderá optar por não distribuir dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, na hipótese em que tais distribuições não sejam aconselháveis, à luz da condição financeira da Emissora. Consequentemente, os titulares de suas ações ordinárias podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Emissora.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Emissora e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate em razão da extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Extinção, limitação e/ou não divulgação Taxa DI" deste Prospecto.

Os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

A remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderão investir nas Debêntures, o que poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding* e na liquidez esperada das Debêntures.

Ademais, sociedades dos conglomerados econômicos dos Coordenadores, poderão adquirir Debêntures no âmbito da Emissão como forma de proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não considerados investimentos efetuados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e a taxa de remuneração final e/ou dos preços de conversão das Debêntures sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Emissão. Deste modo, o Preço de Subscrição e Integralização poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado, após a conclusão desta Emissão.

Poderá haver conflito de interesses entre o Coordenador Líder e os investidores da Oferta, tendo em vista que o Coordenador Líder é credor da Emissora em determinados empréstimos, que serão liquidados pela Emissora com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados à liquidação de determinados empréstimos descritos na seção "Destinação de Recursos" deste Prospecto, cujo credor é o Coordenador Líder. Assim, o interesse do Coordenador Líder em realizar a Oferta, de forma que a Emissora capte recursos suficientes para promover a liquidação de referidos empréstimos, poderá conflitar com o interesse dos investidores a quem as Debêntures forem ofertadas. Para mais informações sobre os Empréstimos, vide seção ["Operações Vinculadas à Oferta" e "Destinação de Recursos"] deste Prospecto.

A Emissora possui um plano de opção de compra de ações que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações. O exercício das opções no âmbito do plano pode gerar diluição para os acionistas da Emissora.

A Emissora possui um plano de opção de compra de ações. No âmbito do programa de opção de compra de ações, foram outorgadas 62.285 opções para o programa de 2012, 207.953 opções para o programa de 2011 e 111.641 para o programa de 2010. As Opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo de 5% do total de ações do capital social da Companhia, a qualquer tempo, considerando-se neste total o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não

exercidas. O exercício das opções no âmbito do referido plano pode gerar diluição para os acionistas da Emissora. Para maiores informações vide seção "Diluição" deste Prospecto.

A cotação das Ações no mercado, na Data de Vencimento, poderá ser inferior ao Preço de Conversão Mínimo o que poderá acarretar em perda de parte do seu investimento nas Debêntures

As Debêntures poderão ser convertidas em Ações, a qualquer tempo, exceto em dia de assembleia geral de acionistas da Companhia, até a efetiva quitação de todas as obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão. O preço de conversão das Debêntures em Ações na Data de Conversão poderá ser calculado, dentre outros fatores, com base no Preço de Conversão, sujeito a ajustes, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Conversibilidade – Conversão em Ações" deste Prospecto. Nem os Coordenadores, nem a Companhia podem assegurar que na Data de Conversão a cotação das Ações no mercado será superior ao Preço de Conversão. Dessa forma, caso o Debenturista decida alienar as Ações recebidas em decorrência da Conversão em Ações após a conversão, o valor de mercado das Ações poderá ser inferior que ao Valor Nominal e acarretar, deste modo, em perda de parte do seu investimento nas Debêntures.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Emissora, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar com suas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures. A Emissora pretende pagar o montante principal se sua dívida de curto e longo prazo descrito na Seção “Capitalização” na página [--] deste Prospecto Preliminar, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Emissora, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, estão descritos na tabela a seguir:

(Em R\$ mil)

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2010	2011	2012
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	--]	173.814	(165.758)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	--]	(22.244)	1.304.875
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	--]	(37.075)	(1.684.157)
Redução (aumento) do saldo do caixa e equivalentes a caixa	--]	(233.133)	(213.524)

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Emissora, seus acionistas controladores e sociedades controladas haviam contratado com o Coordenador Líder as operações descritas na seção "Relacionamento entre os Coordenadores e a Emissora" deste Prospecto.

Conforme descrito na seção "Destinação de Recursos", parte do Empréstimo Externo para Aquisição da Hayes Lemmerz será liquidado com a presente Emissão.

A intenção do Coordenador Líder ao conceder o referido empréstimo foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

Exceto pelo empréstimo descrito acima, não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta (vide a seção "Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – Poderá haver conflito de interesses entre o Coordenador Líder e os investidores da Oferta, tendo em vista que o Coordenador Líder é credor da Emissora em determinados empréstimos, que serão liquidados pela Emissora com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures", deste Prospecto).

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Custos Estimados da Oferta" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Banco Fator

Na data deste Prospecto, não havia operações de empréstimo concedidas pelo Banco Fator à Emissora, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco Fator como instituição intermediária da Oferta. Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Custos Estimados da Oferta" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Banco Fator cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber em decorrência da Oferta recursos líquidos no montante de aproximadamente R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) provenientes da emissão de 320.000 (trezentas e vinte mil) Debêntures após a dedução das comissões devidas aos Coordenadores da Oferta e das despesas estimadas relativas à Oferta.

Os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao pagamento de parcela da dívida decorrente do contrato de empréstimo celebrado em, 1º de fevereiro de 2012, entre a Iochpe Holdings, LLC (sociedade controlada pela Emissora), na qualidade de devedora, e, na qualidade de credores, o Banco Itaú BBA, o Banco Votorantim e o Banco do Brasil cujos recursos foram utilizados para financiar a aquisição da Hayes Lemmerz ("Contrato de Financiamento").

Destinação	Estimado (R\$)	% Estimada do Total
Pagamento parcial do Contrato de Financiamento	R\$320.000.000,00	[100%]

O saldo necessário para a quitação do Contrato de Financiamento será obtido mediante a emissão de até 130.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e, adicionalmente, garantidas por fiança da Iochpe Holdings, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando, portanto, até R\$1.300.000.000,00, com prazo de nove anos, consistindo as garantias reais em penhor ou alienação fiduciária de ações de emissão da Iochpe Holdings, em penhor de ações de emissão da Maxion Wheels, na cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do valor de tal emissão e na cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de Hayes Lemmerz Indústria de Rodas S.A. Referida emissão foi aprovada pela Reunião de Conselho de Administração da Emissora em 7 de março de 2013 e sua realização encontra-se em curso.

Ver seção "Capitalização" na página [●] deste Prospecto Preliminar sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta na situação patrimonial da Emissora.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o endividamento de longo prazo da Emissora, em bases efetivas, a partir das suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras e conforme ajustado para refletir o recebimento de recursos de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões) provenientes da emissão de 320.000 (trezentos e vinte mil) Debêntures no âmbito da Oferta, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Oferta a serem pagas pela Emissora.

Balanço Patrimonial Consolidado

	31/12/2012	
	Atual	Ajustado pela Oferta
	(R\$ milhões)	
	[●]	[●]
Contas a Pagar	[●]	[●]
Empréstimos e financiamentos totais	[●]	[●]
Empréstimos e financiamentos curto prazo	[●]	[●]
Empréstimos e financiamentos longo prazo	[●]	[●]
Debêntures conversíveis	-	[●]
Patrimônio líquido	[●]	[●]
Capital social	[●]	[●]
Reservas de capital	[●]	[●]
Reserva de lucros	[●]	[●]
Lucros (Prejuízos) acumulados	[●]	[●]
Ações em Tesouraria	[●]	[●]
Participações minoritárias	[●]	[●]
[Capitalização total]	[●]	[●]

Notas

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com a seção “10.1 Comentários dos Diretores – Alterações Significativas em Cada Item das Demonstrações Financeiras”, do Formulário de Referência.

DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do nosso patrimônio líquido era de R\$1.090.910 milhões e o valor patrimonial por ação de nossa emissão era de R\$11.534458. O valor patrimonial por ação de nossa emissão corresponde ao resultado da divisão (1) do valor contábil total do nosso ativo excluído o valor contábil total do nosso passivo, pela (2) quantidade total de ações de nossa emissão em 31 de dezembro de 2012, descontadas das ações em tesouraria.

Após considerar o efeito da conversão da totalidade das Debêntures ao Preço de Conversão de R\$30,303030, o patrimônio líquido da Emissora estimado em 31 de dezembro de 2012, seria de aproximadamente R\$1.410.910 milhões, representando um valor de R\$13,42 por ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido da Emissora por ação de R\$1,8851 ou 16,343% para os acionistas existentes, e uma diluição de R\$16.88 ou 55,715% por Ação para investidores que subscreverem as Debêntures no âmbito da Oferta e efetuarem a conversão. Esta diluição representa a diferença entre o Preço de Conversão das Debêntures em Ações e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta e a Conversão da totalidade das Debêntures em Ações.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação, com base no patrimônio líquido da Emissora em 31 de dezembro de 2012 e considerando os impactos da realização da Oferta e da conversão da totalidade das Debêntures:

Debênture Conversível

Preço de Conversão	R\$30,303030
Número de Ações entregues na Conversão.....	10.560.000
Aumento do Patrimônio Líquido na Conversão	R\$320.000.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria em 31 de dezembro de 2012	94.578.351
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2012.....	R\$1.090.910.000
Valor Patrimonial por Ação em 31 de dezembro de 2012	R\$11,534458
Valor Patrimonial por Ação em 31 de dezembro de 2012 ajustado para a Conversão das Debêntures em Ações.....	R\$13,419556
Aumento/(Redução) no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas na Conversão	R\$1,885098
Aumento/(Redução) Percentual no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	16,343189
Diferença entre o Preço de Conversão e o valor patrimonial por Ação ajustado para a conversão das Debêntures em Ações	R\$16,883474
Diluição para novos investidores na Conversão	55,715464%